



ANÁLISE DAS POLÍTICAS DE ESPORTE E LAZER DESTINADAS A PESSOAS IDOSAS NO MUNICÍPIO DE CONTAGEM/MG

Trabalho desenvolvido em parceria com os gestores da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Juventude e Secretaria Municipal de Saúde do Município de Contagem/MG, no âmbito da disciplina Laboratório de Gestão Pública, ministrada no Curso de Gestão Pública no segundo semestre acadêmico de 2020.

Belo Horizonte

2021



Equipe Técnica:

Alessandra Parreiras

Douglas Soares

Lillyan Reis

Joe Costa

Tatyana Gresta

Orientação

Prof. Geralda Luiza de Miranda (Departamento de Ciência Política – FAFICH)

Belo Horizonte

2021

RESUMO

O presente trabalho, desenvolvido em parceria com secretarias da Prefeitura Municipal de Contagem, município localizado no estado de Minas Gerais, apresenta um diagnóstico das políticas de lazer e esportes direcionadas a idosos. O objetivo geral é buscar identificar quais são os programas, projetos e ações que possuem interseção com o recorte proposto, quais são seus arranjos político-institucionais, seus objetivos, suas capacidades técnico-burocráticas e resultados alcançados. Compõem os objetivos específicos o levantamento de possíveis lacunas ou sobreposições existentes nas diversas ações das políticas; buscase compreender como se articulam os atores a fim de garantir a inclusão social do público-alvo e como o georreferenciamento dos núcleos ou espaços e dos participantes no território fornecem informações sobre a cobertura populacional dos programas e seus arranjos institucionais. A metodologia empregada neste trabalho refere-se à análise de documentos primários fornecidos pelos gestores das secretarias participantes, consulta aos atores envolvidos e um extenso trabalho de coleta, raspagem, limpeza e tratamento de dados, com fins estatísticos e de geolocalização. O trabalho conta um panorama das políticas de lazer e esportes para idosos (tanto a nível nacional quanto regional) e pormenoriza cada programa e projeto no município, assim como é feita uma abordagem do diagnóstico situacional preliminar e sugestões de melhorias.

PALAVRAS-CHAVE: Esporte; Lazer; Idosos; Políticas Públicas.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICO 1 -	Distribuição da população residente no município de Contagem/MG por grupos de idade, em 2010	26
GRÁFICO 2 -	Pirâmide etária do município de Contagem/MG em 2010	27
GRÁFICO 3 -	Distribuição dos participantes do Programa Vida Saudável, maiores de 60 anos, por sexo (2020)	30
GRÁFICO 4 -	Faixa etária dos participantes do Programa Vida Saudável, por sexo (2020)	31
GRÁFICO 5 -	Distribuição geracional dos participantes do Programa Vida Saudável (2020)	31
GRÁFICO 6 -	Distribuição dos participantes do Programa Pratica Contagem, maiores de 60 anos, por sexo (2020)	34
GRÁFICO 7 -	Faixa etária dos participantes do Programa Pratica Contagem, por sexo (2020)	35
GRÁFICO 8 -	Distribuição geracional dos participantes do Programa Pratica Contagem (2020)	35
GRÁFICO 9 -	Distribuição dos participantes do Conjunto de Ações para a Pessoa Idosa, maiores de 60 anos, por sexo (2020)	40
GRÁFICO 10 -	Faixa etária dos participantes do Conjunto de Ações para a Pessoa Idosa, por sexo (2020)	40
GRÁFICO 11 -	Distribuição geracional dos participantes do Conjunto de Ações para a Pessoa Idosa (2020)	41
GRÁFICO 12 -	Faixa etária dos participantes do Programa Movimenta Contagem (2020)	44
GRÁFICO 13 -	Percentual do público-alvo (idosos) analisado em cada programa de esporte e lazer ofertado no município de Contagem/MG (2020)	46
GRÁFICO 14 -	Percentual de participantes idosos (>60 anos) relativos ao total de pessoas atendidas dentro de cada programa de esporte e lazer no município de Contagem/MG (2020)	47
FIGURA 1 -	Regiões administrativas de Contagem/MG (2012)	27
FIGURA 2 -	Georreferenciamento das ações do Programa Vida Saudável	32
FIGURA 3 -	Georreferenciamento das ações do Programa Pratica Contagem	37

FIGURA 4 -	Georreferenciamento das ações do Conjunto de Ações para a Pessoa Idosa	42
FIGURA 5 -	Georreferenciamento dos participantes do CASI, PPC e PVS em Contagem/MG	49
FIGURA 6 -	Georreferenciamento dos núcleos/espços dos programas de lazer e saúde implementados em Contagem/MG	51
FIGURA 7 -	Categorização e compilação de dados dos idosos participantes dos programas de lazer e esporte (2020)	55
FIGURA 8 -	Árvore de problemas	58
QUADRO 1 -	Descrição de atividade ofertada no Programa Prática Contagem	36
QUADRO 2 -	Descrição de atividades ofertadas no Conjunto de Ações para a Pessoa Idosa	39
QUADRO 3 -	Comparação de capilaridade territorial, atividades e participantes idosos dos núcleos das ações de esporte e lazer para idosos no município de Contagem/MG	52
QUADRO 4 -	Quantidade de núcleos/espços das ações de lazer e esporte nas diferentes áreas administrativas de Contagem/MG	54
QUADRO 5 -	Sobreposições de ações dos programas de lazer e esporte no território das regiões administrativas de Contagem/MG	56

LISTA DE TABELAS

1	Distribuição da população por grupos de idade, segundo Região Administrativa de Contagem/MG, em 2010	28
2	Percentual da população idosa (>60 anos) atendida por programas de esporte e lazer no município de Contagem/MG (2020)	48

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CRFB 1988 -	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
CAPI -	Conjunto de Ações para a Pessoa Idosa
COMIC -	Conselho Municipal do Idoso de Contagem
DEMG -	Diretoria de Esportes de Minas Gerais
IBGE -	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ME -	Ministério do Esporte
MTC -	Minas Tênis Clube
ONU -	Organização das Nações Unidas
PMC -	Programa Movimenta Contagem
PNI -	Política Nacional do Idoso
PPC -	Programa Pratica Contagem
PVS -	Programa Vida Saudável
SEDESE -	Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Esporte
SEELT -	Secretaria de Estado de Esportes, Lazer e Turismo
SEESP -	Secretaria de Estado de Esporte
SESC -	Serviço Social do Comércio
SESI -	Serviço Social da Indústria
SMCEJ -	Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Juventude
SMDHC -	Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania
SMS -	Secretaria Municipal de Saúde
SPPPI -	Superintendência de Políticas Públicas para as Pessoas Idosas
UFMG -	Universidade Federal de Minas Gerais

SUMÁRIO

1	POLÍTICAS DE LAZER E ESPORTE PARA IDOSOS: FUNDAMENTOS TEÓRICO-CONCEITUAIS E NORMATIVOS, ARRANJOS E RESULTADOS EM CONTAGEM/MG	13
1.1	Aspectos teóricos e conceituais das ações destinadas ao esporte e ao lazer	14
1.2	Aspectos normativos da Política de Esporte e Lazer no Brasil e no estado de Minas Gerais	17
2	PROGRAMAS E PROJETOS DE LAZER DESTINADOS A IDOSOS IMPLEMENTADOS NO MUNICÍPIO DE CONTAGEM/MG	21
2.1	Programas e projetos do Governo Federal	21
2.2	Programas e projetos do Governo de Minas Gerais	24
2.3	Desafios e possibilidades do conjunto dos programas e projetos destinados a idosos implementados no município de Contagem	26
2.3.1	<i>Programa Vida Saudável (PVS): objetivos, arranjo, capacidade burocrática e resultados</i>	<i>29</i>
2.3.2	<i>Programa Prática Contagem (PPC): objetivos, arranjo, capacidade burocrática e resultados</i>	<i>33</i>
2.3.3	<i>Conjunto de Ações para a Pessoa Idosa (CAPI): objetivos, arranjo, capacidade burocrática e resultados</i>	<i>37</i>
2.3.4	<i>Programa Movimenta Contagem: objetivos, arranjo, capacidade burocrática e resultados</i>	<i>43</i>
2.3.5	<i>Articulação interinstitucional dos programas e projetos destinados a idosos no município de Contagem</i>	<i>44</i>
3	EXPLICAÇÃO SITUACIONAL: ANÁLISES PRELIMINARES	57
4	CONCLUSÃO	59
5	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	61

INTRODUÇÃO

Desde o início do século XX, o processo conhecido como transição demográfica vem trazendo relevantes mudanças na demografia dos países, com aumento progressivo da população idosa. Diversos fatores, como o desenvolvimento de novas tecnologias médicas, a redução das taxas de fecundidade e mortalidade, melhoria nas condições sanitárias nas cidades, entre outros, têm contribuído para aumentar a expectativa de vida das pessoas. Esse novo cenário constitui um grande desafio para a saúde pública e para os sistemas de saúde mundiais, no que se refere a proporcionar um atendimento adequado à população (TORRES, 2020).

No Brasil, o primeiro marco legal em termos de proteção ao segmento populacional dos idosos encontra-se na Lei Eloy Chaves (Decreto Legislativo 4.682/1923), norma que originou a Previdência Social brasileira (BRASIL, 2019). No período de 1923 a 1965, houve uma preocupação com o desenvolvimento das políticas públicas voltadas para a ampliação da economia industrial brasileira, sobretudo para atender aos anseios da classe industrial, sem levar em consideração as necessidades básicas da população. O Estado foi o principal financiador dessa industrialização, diante da impotência da classe industrial em investir em tal empreitada. Além disso, as políticas resultantes foram fragmentadas e, invariavelmente, em vez de minimizar, tendiam a aprofundar os processos de exclusão, ao continuar garantindo serviços e benefícios apenas para poucos (FERNANDES, 2012).

Um outro marco relevante ocorreu em 1982, com a Primeira Assembleia Mundial Sobre o Envelhecimento; pioneira em discutir e abordar o tema do envelhecimento populacional, resultou em um Plano de Ação para o Envelhecimento, com 66 recomendações para os países-membros, visando o bem-estar da pessoa idosa (ONU, 2002). Para reafirmar em território nacional as recomendações das Nações Unidas, o Brasil regulamentou a Lei nº 8.842/94 (Política Nacional do Idoso) e a Lei nº 10.741/03 (Estatuto do Idoso), reflexos do amadurecimento da política para esse segmento populacional no país (DAMASCENO, 2016).

Dada a importância dessa temática, o presente estudo tem por objetivo conhecer e analisar a implementação das políticas de esporte e lazer destinadas às pessoas idosas. A partir da análise dos programas e projetos dessas áreas, pretende-se identificar as diferentes

políticas existentes, seus arranjos institucionais, buscando compreender se existem lacunas e/ou sobreposições das ações.

Para o desenvolvimento desse trabalho, fizemos uma parceria com o município de Contagem, localizado no estado de Minas Gerais, através de algumas secretarias que compõem a estrutura administrativa da Prefeitura Municipal. A escolha se fez fundamentalmente pela abertura dos gestores na apresentação de um conjunto de programas e projetos voltados ao esporte e lazer, destinados à população idosa. A exposição das políticas para o idoso implementadas em Contagem revela alguns desafios e possibilidades, buscando o aprimoramento dos resultados já obtidos por seus gestores. Também foi considerada a grande relevância social e econômica desse município para o estado de Minas Gerais, assim como sua proximidade do *campus* Pampulha da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), entidade interveniente no projeto.

Com esse trabalho, busca-se avaliar quais são os arranjos institucionais das políticas de lazer e esporte destinadas ao idoso no município, ou seja, a forma particular de coordenação de programas e/ou projetos delimitando os atores participantes, o objeto e objetivos deste, bem como as possíveis articulações entre as instituições e políticas (PIRES, 2014), sua cobertura populacional, a distribuição das ações no território (traduzida pela capilaridade dos participantes e dos núcleos ou espaços), suas formas de gestão e de monitoramento e de avaliação dos resultados. É por meio desses arranjos que compreendemos a implementação das políticas estudadas, uma vez que fica possibilitada a avaliação das capacidades estatais, sobretudo das técnico-administrativas (que se referem a habilidades do Estado para levar a efeito suas políticas), produzindo ações coordenadas e orientadas. Embora as capacidades políticas também sejam relevantes, por abranger as habilidades de inclusão de atores diversos (sociais, políticos e econômicos) e de negociação e condução de processos decisórios, nesse trabalho o foco será dado nas capacidades técnico-administrativas, uma vez que a articulação política exigiria acesso a dados não disponíveis, além de extrapolar o escopo inicial proposto. Ao mapear as ações convergentes busca-se possibilidades de maior integração entre as ações dos programas e projetos avaliados. Por fim, este estudo pretende apresentar um diagnóstico da situação encontrada, sugerindo caminhos para a promoção de maior articulação e coordenação das políticas adotadas.

A base metodológica utilizada neste estudo tem como ponto de partida a pesquisa documental de natureza quali-quantitativa, ou seja, um estudo realizado a partir de

documentos contemporâneos disponibilizados pelos gestores das secretarias municipais participantes e captados nos sites oficiais dos governos, inclusive com tabulação de dados. O objetivo desse tipo de pesquisa é identificar em documentos as informações que sirvam de subsídios para análise da articulação entre os diferentes programas de esporte e lazer no município. Também foram mobilizados dados e informações repassados pelos gestores para entender melhor os processos internos na implementação das referidas ações.

Este relatório está organizado em duas partes: a Parte I, intitulada Política de Lazer e Esporte para Idosos: fundamentos, arranjos e resultados, e a Parte 2, intitulada Estratégias de aprimoramento: sugestões preliminares. A Parte 1 é constituída por dois capítulos. No primeiro, são tratados os aspectos teórico-conceituais e normativos das políticas de lazer e esporte em níveis nacional e no estado de Minas Gerais, sendo feito um breve histórico; no segundo, o foco é colocado nos programas e projetos de lazer e esporte destinados a idosos que foram implementados em Contagem, abrangendo a análise de seus arranjos institucionais e seus resultados, em termos de público atendido, bem como as possibilidades e desafios que se colocam para sua eficácia e efetividade no atendimento à população idosa do município. Foi feito um georreferenciamento do público-alvo atendido nas ações descritas. Na Parte 2, com base nas informações analisadas na Parte 1, são sugeridas estratégias de intervenção destinadas a aprimorar os programas e projetos que contêm atividades de lazer e esporte para idosos implementados no município de Contagem. Ressalta-se que um projeto de intervenção posterior poderá traçar a operacionalização do processo para tornar as políticas destinadas ao idoso mais eficientes e eficazes.

1 POLÍTICAS DE LAZER E ESPORTE PARA IDOSOS: FUNDAMENTOS TEÓRICO-CONCEITUAIS E NORMATIVOS, ARRANJOS E RESULTADOS EM CONTAGEM/MG

O envelhecimento da população brasileira já é uma realidade consolidada; segundo dados do IBGE de 2019, o Brasil possui 30,2 milhões de idosos (e a perspectiva de crescimento é alta: segundo a projeção da população, também divulgada pelo IBGE, um quarto da população brasileira terá 60 anos ou mais em 2043). Assim, há uma necessidade premente de que políticas públicas voltadas a esse segmento social se façam cada vez mais presentes em nosso país. Dessa maneira, a ênfase no presente trabalho será para as políticas voltadas para o esporte e lazer, direcionadas à população idosa.

Em 1977, o Serviço Social do Comércio (SESC) foi o pioneiro na implementação de atividades físicas para idosos, através do Programa das Escolas Abertas do SESC, no estado de São Paulo. Em 1982, a Universidade Federal de Santa Maria (UFMS) foi a primeira a implantar atividades físicas para a pessoa idosa, sendo seguida pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em 1985. Com o decorrer dos anos, cada vez mais programas e projetos voltados para essa área passaram a ser criados, tendo o envolvimento de diferentes atores, como associações de bairros e prefeituras municipais (BENEDETTI *et. al.*, 2007).

Em meados do final da década de 80, a sociedade civil brasileira começou a exigir ainda mais visibilidade, respeito e atenção para a população idosa. Reflexo disso ocorreu na construção da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB 1988, que foi a primeira constituição a considerar o conceito de Seguridade Social como um direito garantido do cidadão, alterando o enfoque estritamente assistencialista adotado até então). Porém, mesmo após essa conquista, ainda não existia uma regulamentação nacional específica para o idoso. Somente em 1994 surgiu a chamada Política Nacional do Idoso (PNI), instituída pela Lei nº 8.842 e, posteriormente, a Lei nº 10.741/03, que trata do Estatuto do Idoso; estatuto esse que estabelece, em seu artigo 3º que:

É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 2003).

Com isso, tanto o lazer quanto o esporte se tornaram direitos sociais constitucionalmente tutelados e passaram a ser considerados como também responsabilidade do Estado, uma vitória de diversas entidades de defesa dos interesses da pessoa idosa. Ainda pode-se citar outra normativa de suma importância: a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (aprovada pela Portaria nº 2.528, de 19 de outubro de 2006), que tem como uma das suas diretrizes a “promoção do envelhecimento ativo e saudável”.

Mesmo com todo esse aparato legal citado, o que ainda pode-se observar é que a legislação não tem sido de fato aplicada de maneira eficiente, devido a diversos fatores, tais como contradições nos dispositivos legais vigentes e mesmo desconhecimento de seus conteúdos pelos gestores implementadores das políticas. Segundo PORTO (2002) e OLIVEIRA *et. al* (2014),

(...) a dificuldade de funcionamento daquilo que está disposto na legislação está muito ligada à tradição centralizadora e segmentadora das políticas públicas no Brasil, que provoca a superposição desarticulada de programas e projetos voltados para um mesmo público (apud BRAGA, 2016, p. 95).

Colocado esse breve histórico e posta a importância da elaboração e implementação de políticas de lazer e esportes voltadas ao público idoso, esta seção tem como objetivo apresentar aspectos teóricos e conceituais, assim como os normativos acerca das políticas de lazer e esporte no Brasil e em Minas Gerais, sendo subdividido em duas subseções.

1.1. Aspectos teóricos e conceituais das ações destinadas ao esporte e lazer

Como fenômenos do desenvolvimento humano, o esporte e o lazer são manifestações socioculturais de grande importância para a humanidade. Presentes nos mais diversos

espaços, sejam nas escolas, empresas, prisões, clubes, igrejas, asilos e outros, de maneira formal ou informalmente, os conceitos apesar de distintos se fazem confluentes (PINTOS, 2016).

Durante muito tempo da história do homem, o lazer foi visto como ócio, sendo que somente com a industrialização entendeu-se a necessidade e a importância do descanso e do tempo livre. O lazer passou a ser compreendido como fator minimizador de problemas sociais e como agente de socialização, integração e desenvolvimento físico e mental (SOARES NETO, 2016).

Conforme GALANTE (2007), o lazer visa atender às necessidades básicas dos indivíduos no tocante ao bem estar, a interação e a socialização. Entre outras características, o lazer cumpre um papel educativo. Por meio de suas funções pedagógicas, promove o desenvolvimento intelectual e físico, eleva a capacidade crítica e transformadora de uma realidade e ainda incentiva a criatividade (SOARES NETO, 2018).

No contexto brasileiro, a organização e responsabilidade pelo lazer era não apenas do Estado, mas de diversos atores e agentes sociais, sejam da esfera pública ou privada. Na década de 1950, o SESC e o Serviço Social da Indústria (SESI), foram criados para desenvolver ações sociais e educacionais, por meio de projetos de lazer e educação (SOARES NETO, 2018). Neste contexto, as atividades de desportos eram apenas umas das vertentes do lazer, que passou a ser disseminado como um fenômeno social relevante para a manutenção do bem estar da sociedade (SOARES NETO, 2018).

Reconhecidos como direitos sociais pela CRFB 1988, o esporte e o lazer se tornaram componentes fundamentais para a formação integral das pessoas e para a melhoria da qualidade de vida do conjunto da sociedade. O esporte como lazer foi considerado a principal porta de entrada para desenvolvimento de uma atividade física, que se iniciava de uma maneira mais agradável, se praticada da maneira correta. Ao associar o esporte ao lazer, as pessoas participavam da prática esportiva como uma alternativa de entretenimento nos seus momentos livres e, a partir daí, podiam profissionalizar-se por meio de atividades de alta performance esportiva.

A literatura aponta diferentes possibilidades de apropriação da prática esportiva, que é melhor definida pela legislação vigente: 1) esporte educacional, praticado nos sistemas de ensino e em formas assistemáticas de educação, evitando-se a seletividade e a grande competição entre os praticantes, visando alcançar o desenvolvimento integral do

indivíduo para a sua formação cidadã e prática do lazer; 2) esporte de participação (recreação e lazer), praticado de modo voluntário, compreendendo as modalidades desportivas praticadas com a finalidade de contribuir para a integração dos praticantes na plenitude da vida social, na promoção da saúde e educação e na preservação do meio ambiente; 3) esporte de rendimento, praticado com a finalidade de obter resultados e integrar pessoas e comunidades do país e estas com as de outras nações, conforme leis e regras da prática esportiva nacionais e internacionais; 4) esporte de formação, caracterizado pelo fomento e aquisição inicial dos conhecimentos desportivos que garantam competência técnica na intervenção desportiva, com o objetivo de promover o aperfeiçoamento qualitativo e quantitativo da prática desportiva em termos recreativos, competitivos ou de alta competição (BRASIL, 1998).

Para além da contribuição individual, o esporte e o lazer criam uma cadeia de desenvolvimento sociocultural e econômico no país: ao contribuir para a geração de emprego e renda, produz externalidades positivas para a indústria e o comércio. Favorece o turismo, a realização de eventos, a promoção comercial e o desenvolvimento dos prestadores de serviços. Enfim, eles promovem efeitos benéficos para várias áreas da sociedade.

O papel do esporte ainda extrapola os contornos nacionais. Em um contexto global, ele serve para aproximar os diferentes povos e difundir as diferentes culturas, promovendo a paz e união entre as diferentes nações. Os jogos esportivos, como os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos, tornam o país-sede conhecido mundialmente em todos os ângulos, beneficiando o intercâmbio comercial entre os países (BRASIL, 2004).

Em função dos muitos benefícios que o esporte e o lazer proporcionam, a prática de uma atividade física tem sido estimulada por diversas políticas públicas, que objetivam contribuir positivamente para a solução das problemáticas de saúde e bem-estar, na diminuição de desigualdades, no resgate de valores e princípios, entre outras questões.

Para a população idosa, aqui considerada o conjunto de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos (BRASIL, 2003), a prática esportiva e o lazer são ainda mais salutares, pois contribuem para a melhoria de autoimagem, autoestima e qualidade de vida. Estudos comprovam que na velhice, em especial em idosos sedentários (principalmente naqueles que apresentam atividade física limitada), ocorre um aumento das fragilidades, com perdas físicas e o surgimento de comorbidades (COSTA, 2011). Tais problemas podem

ser atenuados ou mesmo evitados com a prática de atividades físicas. Para além dos benefícios físicos, os esportes para os idosos têm também um efeito psicológico positivo. Com a prática de exercícios, sobretudo de forma coletiva, o idoso pode ter uma melhora em seu autoconceito, favorecendo sua autoestima, reduzindo o estresse e a ansiedade e elevando o humor (BAZELLO, 2016).

1.2 Aspectos normativos da Política de Esporte e Lazer no Brasil e no estado de Minas Gerais

No mundo inteiro, a trajetória do esporte e lazer se confunde com a história das sociedades, com maior ou menor interferência do sistema de poder estabelecido por cada governo local. No seu contexto histórico, o lazer vem sendo modificado de acordo com as transformações socioeconômicas e culturais da sociedade global. Com o decorrer dos séculos, o lazer foi relacionado ao nível de produtividade dos trabalhadores, tornando-se elemento indispensável para utilização do tempo livre, se solidificando com o advento da Revolução Industrial e a Segunda Guerra Mundial. No Brasil, o fortalecimento da construção de uma política para o lazer se deu através do SESC e do SESI, na década de 1950 (CARVALHO, 2010).

Já a história institucional do esporte teve início em 1937, quando, por intermédio da Lei nº 378 de 13/03/37, foi criada a Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Cultura. Nos anos subsequentes, a divisão foi transformada em Departamento (1970) e, em seguida, em Secretaria (1978). Em 1990, extinguiu-se a secretaria ligada ao Ministério da Educação e criou a Secretaria de Desportos da Presidência da República. A partir de 1995, o esporte começou a ser priorizado com a criação do Ministério de Estado Extraordinário do Esporte. Entre as mudanças ocorridas nos anos seguintes, observamos mudanças de vinculação dos órgãos, até que em 2003 foi criado o Ministério do Esporte (ME), que vigorou até o ano de 2019, quando foi transformado em Secretaria Especial do Esporte, dentro da estrutura do novo Ministério da Cidadania (BRASIL, 2021)

Enfim, o que se observou no Brasil foi que a legitimação do esporte recreativo e lazer, alicerçada por alianças entre trabalho, educação física e esporte, foi consolidada pela

promulgação da CRFB 1988, o aparato legal constituído e as ações políticas decorrentes dela (PINTOS, 2016). Ao reconhecer o esporte e lazer como direitos sociais na Carta Magna, equiparando o lazer às aspirações históricas da população brasileira (como saúde, educação, trabalho), verificou-se um protagonismo do Estado e da sociedade civil para garantir a definição de políticas sociais que os concretizassem. Para a efetivação das políticas públicas de esporte e lazer, foi fundamental a criação do ME. Sua finalidade era “assegurar e facilitar o acesso de todos a atividades esportivas e de lazer, como parte do compromisso do governo de minimizar o quadro de injustiças, exclusão e vulnerabilidade social que aflige a maioria da população brasileira” (BRASIL, 2004). Esse Ministério construiu a Política Nacional de Esporte, aprovada pelo Conselho Nacional do Esporte, por meio da qual realizou uma série de ações desenvolvidas na figura de programas, documentos, eventos e projetos que instituíram as políticas esportivas em nível nacional.

Em Minas Gerais, estudos apontam que as primeiras aproximações do Estado com o esporte ocorreram em 1927, com a instituição da Inspeção de Educação Física, através da Reforma do Ensino Primário. Essa reforma previa programas de atividades para crianças, além da instituição de espaços específicos para as suas práticas e formação de pessoal especializado. Na época se valorizavam ações voltadas para a educação do corpo, por meio da cultura física, da educação física, da recreação, do esporte e do lazer. O objetivo era definir uma política para promover a educação física, expressa por meio da prática de exercícios, jogos e ginástica, sobretudo no meio escolar (RODRIGUES, 2013).

A Inspeção encerrou suas atividades pouco tempo depois da inauguração do Minas Tênis Clube (MTC) na capital, construído pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Inaugurado em 1937, o MTC foi um modelo de organização esportiva para os mineiros. Com finalidade social, esportiva e recreativa, o clube promovia o “desenvolvimento da cultura física racional e, principalmente, da cultura física infantil, para melhoramento e aperfeiçoamento da raça” (RODRIGUES, 2013). Transformado em um polo irradiador da política de esportes no estado, o MTC foi transformado em Praça de Esportes de Minas Gerais, sendo considerado referência para a construção de várias estruturas necessárias à educação esportiva. Como espaços de novas experiências sociais, formadoras de uma nova identidade e estilo de vida, esses equipamentos esportivos compunham o projeto de modernidade do período (RODRIGUES, 2013).

Embora a criação de políticas públicas para o setor tenha ocorrido anteriormente, foi somente em 1938 que o Decreto-Lei nº 150 sistematizou a iniciativa, com providências

sobre a cultura de Educação Física no estado. A partir de então, o MTC assumiu novas atribuições, dentre elas a responsabilidade da formação de monitores para o ensino e treinamento de exercícios físicos e esportes em geral. Essa atribuição dada pelo governo visava assegurar a expansão de cursos de treinamentos profissionais, que fossem capazes de inculcar nos jovens valores cívicos e morais. Assim, o MTC conseguiu participar efetivamente da divulgação e ensino da educação física com colaboração da Polícia Militar (RODRIGUES, 2013).

Em 1943, o governo mineiro criou, por meio do Decreto-Lei nº 922, a Diretoria Geral das Praças de Esporte de Minas Gerais (DGPE), objetivando uniformizar as atividades das praças esportivas construídas pelo estado ou em colaboração com os municípios. Em junho de 1946, esse órgão passou a ser denominado como Diretoria de Esporte de Minas Gerais (DEMG), que atuou, efetivamente, no desenvolvimento das políticas esportivas no estado até a década de 1980. A DEMG atuava junto ao MTC (por vezes, se confundindo com ele), pois também buscava incrementar o esporte em todo o estado. Contudo, a ação mais significativa dessa diretoria foi a política de praças de esportes em Minas Gerais. Posteriormente, além de construir espaços, o processo de recuperação e manutenção foi destacado (RODRIGUES, 2013).

Dentre as diferentes vinculações no organograma da política do governo mineiro, a DEMG criou, em 1952, a Escola de Educação Física do Estado; a política esportiva então passou a ser coordenada por profissionais de Educação Física, com especialistas em diferentes áreas. Nos anos seguintes, a DEMG difundiu a motivação para a prática esportiva (por meio de promoções, torneios, competições e cursos de orientação e preparação de técnicos). Na história dessa diretoria, a realização da política que executou esteve alicerçada em três pilares: criação de espaços esportivos/lazer; realização de ações e a formação do corpo técnico no campo esportivo/lazer. (COSTA, 2013).

Ao longo dos anos, pode-se observar que o governo de Minas pautou suas políticas em um conjunto de ações da Educação Física, recreação, lazer e esporte, buscando conformar uma educação de corpos (“cultura física”), adequando-os às novas demandas de cada momento histórico. Assim, a tônica nacional de educar os corpos para fortalecê-los e construir um país forte também se fazia presente nesse estado. A articulação entre diretoria e o governo federal se deu, sobretudo, pelo desenvolvimento de Programas como o Esporte para Todos (EPT), implementado no final da década de 1970 (COSTA, 2013).

Em meados da década de 1980, a DEMG passou por novo processo de mudança: passou a integrar o Sistema Operacional de Esportes, Lazer e Turismo, que instituiu a Secretaria de Estado de Esportes, Lazer e Turismo (SELT). A inscrição do esporte e lazer na CRFB 1988 como direitos constitucionalmente instituídos influenciou fortemente a elaboração de políticas da SELT, a partir da década de 1990 (VIANA, 2013). Em 1996, o nome da secretaria foi alterado para Secretaria de Estado de Esporte (SEESP), sendo que o órgão passou a ser responsável por planejar, organizar, coordenar, dirigir, executar e controlar as atividades que visassem ao desenvolvimento social por meio do esporte e lazer. Dessa maneira, as parcerias com órgãos públicos das instâncias municipal e federal, organizações da sociedade civil e empresas privadas foram adotadas para o desenvolvimento das ações de esporte e lazer. Essas parcerias eram importantes para o financiamento de diversos projetos. Contudo, apesar da realização de convênios, sobretudo com o ME, os recursos disponíveis na SEESP eram bastante escassos. A ausência de uma política permanente de financiamento das ações pertencentes aos programas de esporte e lazer tornou-se um grande desafio para a implementação de políticas que atendam às necessidades e os direitos da população (SILVEIRA, 2013).

Em 2002, a SEESP deixou de existir e o esporte passou a integrar a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esporte (SEDESE). Em meio ao chamado “choque de gestão” implementado à época (que tinha como meta o equilíbrio das contas públicas para um possível incremento dos investimentos, almejando o desenvolvimento social e econômico no estado), a SEDESE se voltou para a formulação de planos e programas capazes de coordenar a política estadual de desenvolvimento social e esporte, observando as diretrizes gerais de governo, além de supervisionar sua execução nas instituições que compõem sua jurisdição. As principais ações da SEDESE foram: Campos de Luz, JEMG, JIMI, Projeto Curumim, Ruas de Lazer, Pintando a Liberdade e o Segundo Tempo (ISAYAMA, 2013).

Contudo, como as políticas públicas no Brasil tem uma associação direta com a questão da política de governo, muitas definições acabam sendo focais, sem se dar conta da necessidade de continuidade. Assim, algumas ações tiveram continuidade, outras não, algumas se fundiram ou mudaram de nome. Nesse momento, a SEDESE estava responsável pela execução de alguns projetos estruturadores (ex: Primeiro Emprego, Inclusão Social de Famílias Vulnerabilizadas, Minas sem Fome e o Programa Minas Esporte), fato que refletiu diretamente em seu orçamento e favoreceu a inclusão social,

econômica e pessoal das famílias vulnerabilizadas, fornecendo incentivos às práticas esportivas, incluindo alimentação e vestuário. Contudo, a principal mudança foi com relação ao programa Minas Olímpica, criado em decorrência do fim do convênio com o governo federal (Programa Segundo Tempo). Criado em 2005 com ações de qualificação de professores de Educação Física da rede pública, o Minas Olímpica tomou forma ao preencher a lacuna deixada pelo fim do Segundo Tempo e pela junção de programas anteriores (ISAYAMA, 2013).

Enfim, nota-se que, apesar da diversidade de ações que envolviam a prática esportiva, a literatura aponta a pouca articulação das políticas de esporte com outras áreas da política social. As muitas mudanças estruturais, onde as políticas do setor no estado de Minas Gerais passaram a integrar a Secretaria de Desenvolvimento Social e Esportes, indicam uma proximidade entre as áreas, mas nem sempre concretizada a partir de uma relação intersetorial.

Apesar do tema já debatido exaustivamente pela sociedade civil, a ponto de já estar normatizado em lei, o que se percebe ainda é que a pessoa idosa ainda não usufrui em sua plenitude de seus direitos, no que se refere às políticas de lazer e esporte, sendo ainda um público muito carente de iniciativas mais palpáveis nas referidas áreas.

2 PROGRAMAS E PROJETOS DE LAZER DESTINADOS A IDOSOS IMPLEMENTADOS NO MUNICÍPIO DE CONTAGEM/MG

Este capítulo tem por objetivo fazer um breve mapeamento dos programas e projetos de lazer voltados ao público idoso. Ele está subdividido em duas seções: a primeira faz um resumo do programa desenvolvido pelo Governo Federal implementado no município, o Vida Saudável; já a segunda, sintetiza informações sobre o Projeto Melhor Geração, desenvolvido pelo governo de Minas Gerais.

2.1 Programas e projetos do Governo Federal

O Programa Vida Saudável (PVS) foi criado pelo Ministério do Esporte em 2013, como uma tentativa de promoção de políticas públicas voltadas para qualidade de vida do cidadão idoso (inclusive também voltado àqueles com deficiência, mostrando o alto grau de representatividade que o PVS se propôs trabalhar). Vários são os marcos legais que foram referências para a criação desse programa, tais como a CRFB 1988, o Estatuto do Idoso, a Política Nacional para Integração de Pessoa Portadora de Deficiência (Decreto nº 3.298/99), a Carta de Ottawa, entre outros. Como descrito em seu próprio edital, o PVS

visa oportunizar a prática de exercícios físicos, atividades culturais e de lazer para o cidadão idoso, estimulando a convivência social, a formação de gestores e lideranças comunitárias, a pesquisa e a socialização do conhecimento, contribuindo para que o esporte e o lazer sejam tratados como políticas públicas e direito de todos (BRASIL, 2013).

O programa estruturava-se com a seguinte lógica: a implementação dos núcleos destinados às atividades de esporte e/ou lazer ocorria através da celebração de convênios entre a União (por meio do ME) e municípios, Distrito Federal e entidades públicas estaduais e federais. Os atores pleiteantes aos convênios junto ao PVS eram escolhidos

através da seleção de projetos via chamamento público. Durante o período de 24 (vinte e quatro meses) do convênio, o ME daria um suporte estrutural e pedagógico aos municípios para que, posteriormente, estes pudessem administrar suas próprias políticas de lazer e esporte recreativos destinadas a seu público-alvo. Uma das diretrizes do PVS é o da municipalização, que nada mais é que a continuidade do programa, quando do término do convênio, pelos entes mais próximos à população (ou seja, as prefeituras municipais), de modo a garantir que as políticas de lazer e esporte sejam integradas em definitivo às ofertas das gestões municipais; com isso, ocorreria a consolidação do PVS como um programa de Estado e não apenas de governo (BRASIL, 2013).

O atendimento aos beneficiários do programa seria feito através de núcleos do Programa Vida Saudável, os quais atuariam como “espaços de convivência social, onde as manifestações esportivas e de lazer são planejadas e desenvolvidas” (BRASIL, 2013), e uma gestão participativa e democrática seria um dos princípios norteadores. Para uma cidade do porte de Contagem, a quantidade sugerida de núcleos era de sete a dez, com uma meta de duzentos beneficiados/núcleo, nos quais poderiam ser previstas diversas oficinas: atividades esportivas, culturais e artísticas, exercícios físicos, danças, entre outras práticas. Além disso, também poderiam ser previstas as chamadas “atividades assistemáticas”, nas quais eventos de integração entre os participantes dos núcleos, seus familiares e comunidade ocorreriam para favorecer e estimular o convívio entre gerações (a execução e pagamento dessas atividades seguiriam as normas contidas na Lei n° 8666/93).

Os núcleos seriam compostos por: um (01) coordenador; um (01) coordenador pedagógico (caso necessário); um (01) coordenador de núcleo e dois (02) agentes sociais de esporte e lazer por núcleo, com carga horária de trabalho de 40 horas semanais (exceção para os agentes sociais, cuja carga horária seria de 20 horas /semanais). O programa ainda contaria com um (01) interlocutor do Sistema de Convênios do Governo Federal, um (01) conselho gestor e uma (01) entidade de controle social. Foi acordado entre o ME e a UFMG uma parceria, na qual a universidade viabilizaria recursos humanos capacitados para formação e desenvolvimento dos agentes sociais que trabalhariam no programa (isso a partir de agosto/2010). Tal formação seria realizada de forma modular, com metodologia estabelecida e avaliações constantes, para garantir a efetiva capacitação e pleno desenvolvimento de todos os atores envolvidos no PVS, sobretudo dos agentes sociais (uma vez que são eles que lidariam diretamente com o público-alvo da política).

Em relação aos recursos que seriam despendidos pelo ME, a previsão era de que seriam direcionados para as contratações dos agentes sociais, aquisição de material permanente para as atividades (ex: mesas, cadeiras, equipamentos de musculação, cama elástica, etc). Os kits esportivos seriam distribuídos gratuitamente, com um quantitativo prévio já definido para cada núcleo. Isso seria estabelecido pelo período de duração do convênio (ou seja, 24 meses). Após, o ente municipal já deve ter construído suas próprias ações e capacidades de financiamento para continuidade das ações.

Por fim, também é importante dizer que um sistema de monitoramento e avaliação (Sistema de Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação do Vida Saudável – MIMBOÉ) foi criado, com a função de monitorar e avaliar os convênios existentes entre o PVS e as entidades convenentes. Esse sistema fazia a coleta de dados e informações, com os quais era possível subsidiar “o acompanhamento pedagógico de ensino e aprendizagem das atividades desenvolvidas nos Núcleos dos convênios vigentes” (BRASIL, 2013) e que, após análise, a consultoria do PVS sugeriria as adequações didático-pedagógicas necessárias.

Em relação ao convênio estabelecido entre Contagem e o Governo Federal, cabe aqui dizer que, apesar de inicialmente o convênio ser estabelecido pelo período de 24 meses, ele se estendeu por um tempo relativamente maior entre a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de Contagem e o Ministério do Esporte, sendo efetivamente encerrado somente em fevereiro de 2020.

2.2 Programas e projetos do Governo de Minas Gerais

É importante ressaltar que Minas Gerais tem uma população de 3,7 milhões de pessoas idosas, segundo dados do IBGE, o que coloca o estado em segundo lugar no ranking nacional. Dessa forma, o estado também se preocupa em criar e estabelecer políticas voltadas à esse público.

Um programa viabilizado pelo governo de Minas voltado para atenção ao público idoso é o Projeto Melhor Geração (PMG), que visa estimular a prática de atividade física por idosos, contribuindo para a melhoria na qualidade de vida dos beneficiários, tanto nos

aspectos sociais quanto físicos. O PMG é composto por núcleos de atividade física nos 20 municípios contemplados, com duração de 12 meses, onde serão promovidas variadas atividades físicas (caminhada, corrida, dança, ginástica, vôlei, entre outras) gratuitas. A oferta é para os indivíduos acima de 60 anos, com frequência semanal mínima de duas vezes e duração de 50 minutos/aula com orientação profissional. De início, o projeto iria atender aos municípios mineiros da região de Teófilo Otoni. Sua previsão era para o início de 2020, com vigência de 15 meses (infelizmente, com o início da pandemia da COVID-19, a implementação do PMG foi impossibilitada).

A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SUBESP) busca recursos para expansão do programa para todo o estado, desde que as Prefeituras Municipais atendam aos critérios para participação do projeto. De acordo com o documento de orientação estruturante, elas precisam estar regulares no Cadastro Geral de Convenentes (CAGEC), no Sistema Integrado de Administração Financeira de Minas Gerais (SIAFI) e no Cadastro Informativo de Inadimplência em Relação a Administração Pública do Estado de Minas Gerais (CADIN), na data de verificação pela Equipe Técnica da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, dentre outros critérios de infraestrutura.

O projeto tem como público-alvo a pessoa idosa; mas havendo excepcionalidades e disponibilidade de vagas, após comprovação, poderão ser disponibilizadas vagas para pessoas acima de 50 anos. O acesso ao programa ocorrerá mediante indicação da Secretaria Municipal de Saúde do respectivo município, em conjunto com o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e o Núcleo de Apoio a Saúde da Família (NASF) ou de forma voluntária dos interessados (desde que apresentem atestado médico, indicando aptidão para a prática das atividades). Cada município contemplado deverá atender mensalmente a 100 pessoas idosas, podendo dividir o atendimento em no máximo quatro turmas de 25 alunos, em até dois núcleos, sempre com o acompanhamento de (01) um profissional de Educação Física. Cada município deverá atender mensalmente, no mínimo, 80% da meta estipulada. O PMG deverá ser executado em espaços já existentes nos municípios, tais como: casa paroquial, salão de festas, galpões, ginásios, salas de associações de bairros, pista de caminhada e/ou corrida, entre outros, com infraestrutura mínima de bebedouro, vestiário, acessibilidade e, de preferência, espaço coberto para a realização das atividades.

O acompanhamento da execução do projeto ocorrerá por meio do Sistema da Lei de Incentivo, com vistoria técnica realizada pela SEDESE nos locais indicados pelo

executor. No momento da vistoria técnica, deverá ser apresentado pelo executor os documentos comprobatórios da execução do projeto, tais como: lista de presença original assinada pelos beneficiários e arquivo individual de cada beneficiário (ficha cadastral com telefone e endereço, atestado médico com data anterior de, no máximo, seis meses do dia da visita, cópia do documento de identidade e ficha de avaliação realizada semestralmente pelo profissional de Educação Física).

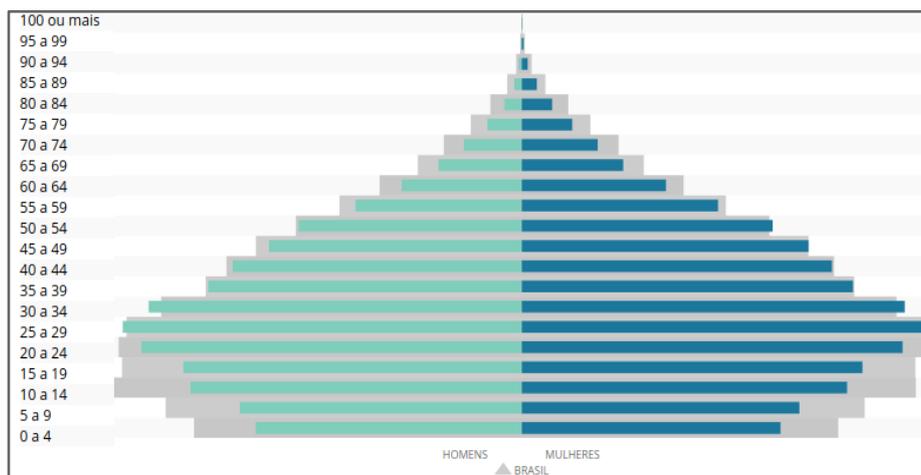
O PMG previa, além do equipamento para abastecimento e estruturação dos núcleos, a contratação de profissionais de Educação Física, psicólogos, fisioterapeutas e estagiários das respectivas áreas; dessa forma, ocorreria o cumprimento das metas quantitativas e qualitativas previstas para execução e entrega do projeto, assim como o atendimento com qualidade às necessidades e limitações físicas, motoras e cognitivas dos beneficiários.

Para o município de Contagem, o PGM seria uma ótima alternativa de política voltada ao público idoso, com uma grande variedade de atividades físicas completas e específicas voltada ao atendimento à essa população.

2.3 Desafios e possibilidades do conjunto dos programas e projetos destinados a idosos implementados no município de Contagem/MG

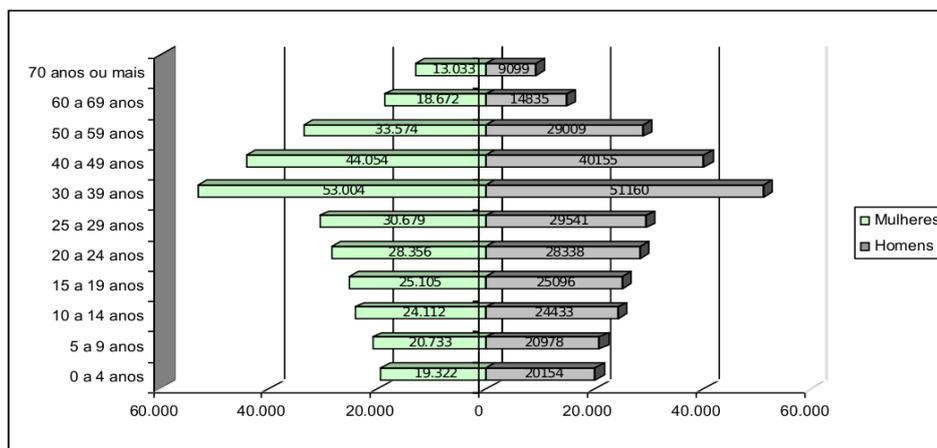
É perceptível a ocorrência de uma maior preocupação com a saúde do idoso, uma vez que a expectativa de vida dos brasileiros tem aumentado nas últimas décadas. A população de Contagem não é exceção nesse quadro. O município possuía uma população de 603.442 habitantes em 2010 (com estimativa de crescimento para 668.949 em 2020). Pessoas com mais de 60 anos (recorte analisado neste trabalho) eram 55.639, sendo 23.934 homens e 31.705 mulheres (essas últimas totalizando quase 57% do total de pessoas idosas). Assim, a população idosa representa 9,2% da população total de Contagem (IBGE, 2010).

GRÁFICO 1 – Distribuição da população residente no município de Contagem por grupos de idade, em 2010



Fonte: Censo Demográfico. IBGE, 2010

GRÁFICO 2 – Pirâmide etária do município de Contagem em 2010



Fonte: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO/CONTAGEM, MINAS GERAIS. Boletim de Informações e Dados Urbanos, 2014.

Quando comparamos as pirâmides etárias do Brasil e do município de Contagem, elas se mostram proporcionais nas suas faixas etárias correspondentes. No que tange à distribuição populacional, os habitantes ocupam 8 (oito) regiões administrativas. Ressalta-se que os habitantes com mais de 50 anos residem, em sua maioria, nas regiões Eldorado, Sede e Industrial.

FIGURA 1 – Regiões Administrativas de Contagem/MG (2012)



Fonte: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO/CONTAGEM, MINAS GERAIS. Boletim de Informações e Dados Urbanos, 2014.

TABELA 1 - Distribuição da população por grupos de idade, segundo Região Administrativa de Contagem/MG, em 2010

Região Administrativa (RA)	Até 6 anos	7 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 29 anos	30 a 49 anos	50 a 69 anos	70 anos e mais	Total
1. Industrial	6.433	8.843	6.070	14.331	23.059	12.403	3.414	74.553
2. Eldorado	9.153	12.448	8.907	21.769	36.146	21.127	5.293	114.843
3. Riacho	6.069	8.140	5.735	14.376	24.657	12.683	3.095	74.755
4. Ressaca	9.148	12.201	8.108	18.657	29.417	14.439	3.293	95.263
5. Nacional	6.106	8.315	5.665	11.969	18.768	8.772	1.837	61.432
6. Sede	7.943	10.860	7.401	17.169	28.828	13.701	2.852	88.754
7. Petrolândia	3.802	5.301	3.364	7.584	11.892	5.558	1.103	38.604
8. Vargem das Flores	6.471	8.741	5.722	10.148	15.663	7.143	1.350	55.238
Total do Município	55.125 (9,1%)	74.849 (12,4%)	50.972 (8,5%)	116.003 (19,2%)	188.430 (31,2%)	95.826 (15,9%)	22.237 (3,7%)	603.442 (100%)

Fonte: IBGE, *op. cit.*
Distribuição por RA: PMC/SMDU.

Fonte: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO/CONTAGEM, MINAS GERAIS. Boletim de Informações e Dados Urbanos, 2014.

O Município de Contagem possui uma incidência de pobreza na razão de 11,08% de sua população. O índice de Gini¹ é 0,37 e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH),

¹ O índice de Gini é um instrumento utilizado para medir o grau de concentração de renda, apontando as diferenças entre os rendimentos dos mais pobres x mais ricos. (IPEA, 2004). Disponível em:

0,756. Cerca de 92% de sua população possuía esgotamento sanitário adequado em 2010 e suas vias públicas eram 68,3% arborizadas² (IBGE, 2010).

Diante dos dados apresentados neste cenário, quais políticas, programas, projetos e ações com o recorte de esporte e lazer para idosos estão sendo implementados no município, visando o bem-estar desse público-alvo? Quais são seus arranjos institucionais e suas capacidades técnico-administrativas e políticas?

De acordo com dados levantados, 04 (quatro) programas, projetos e ações se enquadram no recorte desejado: Programa Vida Saudável (PVS) e o Conjunto de Ações para a Pessoa Idosa (CAPI), da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC); Programa Prática Contagem (PPC), da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Juventude (SMCEJ) e o Programa Movimento Contagem (PMC), da Secretaria Municipal de Saúde (SMS).

A seguir, são apresentadas as quatro políticas públicas de esporte e lazer que contemplam no Município de Contagem, ativos até março de 2020 (período anterior à pandemia da COVID-19). Usando uma abordagem adaptada a partir de Pires e Gomide (IPEA, 2014) são destacados os objetivos, arranjos político-institucionais, capacidade burocrática e resultados do Programa Vida Saudável (PVS), Programa Prática Contagem (PPC), Conjunto de Ações para a Pessoa Idosa (CAPI) e o Programa Movimento Contagem (PMC):

2.3.1 Programa Vida Saudável (PVS): objetivos, arranjo, capacidade burocrática e resultados

Objetivo: O PVS é a continuidade do programa de mesmo nome, originalmente lançado pelo ME em 2013, tem como objetivo "democratizar o lazer e o esporte recreativo para promover a saúde e o envelhecimento bem sucedido" (BRASIL, 2013). Possui um caráter inclusivo por abranger também pessoas deficientes.

[https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28#:~:text=O%20C3%8Dndice%20de%20Gini%2C%20criado,apresentam%20de%20zero%20a%20cem\).](https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28#:~:text=O%20C3%8Dndice%20de%20Gini%2C%20criado,apresentam%20de%20zero%20a%20cem).)

² O conjunto da arborização viária é um parâmetro importante na avaliação da qualidade de vida da população, pois é aspecto fundamental na melhoria da qualidade de vida dos habitantes urbanos (ALBERTIN et al., 2020). Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/urbe/v12/2175-3369-urbe-12-e20190092.pdf>

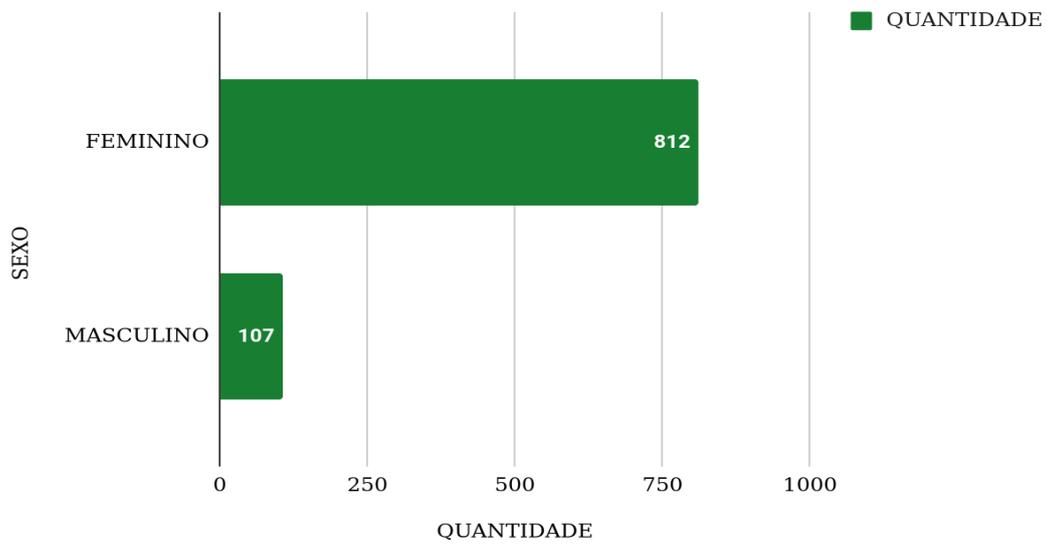
Duas metas foram estabelecidas: implementar e desenvolver Núcleos de Lazer e Esporte Recreativo (de 7 a 10 núcleos com 200 participantes/beneficiados cada) e promover a formação continuada de gestores, agentes sociais de lazer e esporte, lideranças comunitárias, legisladores e demais parceiros da esfera pública. As atividades desenvolvidas nos núcleos são atividade física e artesanato.

Arranjo político-institucional: O ME forneceu estrutura técnico-pedagógica e administrativa-legal para o município até meados de 2020, sendo o gestor local responsável pela continuidade das ações de municipalização nesse caso. A gestão do programa foi lotada desde o início na SMDHC, trabalhando horizontalmente com a Superintendência de Políticas Públicas para as Pessoas Idosas.

Capacidade burocrática: o programa municipalizado conta com 1 (uma) gestora do programa, com formação em Ciências Sociais, servidora de carreira da SMDHC; 1 (uma) coordenadora pedagógica, com formação em Educação Física; 1 (uma) supervisora, graduanda de Educação Física; 10 (dez) agentes sociais (também graduandos de Educação Física), sendo cada um responsável por 1 (um) núcleo, com o intuito de gerar um maior vínculo com o público-alvo.

Resultados: Devido ao financiamento direto do ME, o programa alcançou seu auge entre 2018 e 2019, alcançando um total de 13 núcleos com atividades diurnas, com média de 182 participantes. No total, 2600 pessoas foram atendidas. Após o término do convênio, em fevereiro de 2020, restaram 10 núcleos (número ainda dentro da meta estabelecida originalmente). Conforme os gráficos abaixo descrevem, até março de 2020, havia 1.652 participantes das atividades nos núcleos: desse total, 12,4% eram do sexo masculino e 87,6%, do sexo feminino (perfazendo uma média de 165,2 participantes por núcleo).

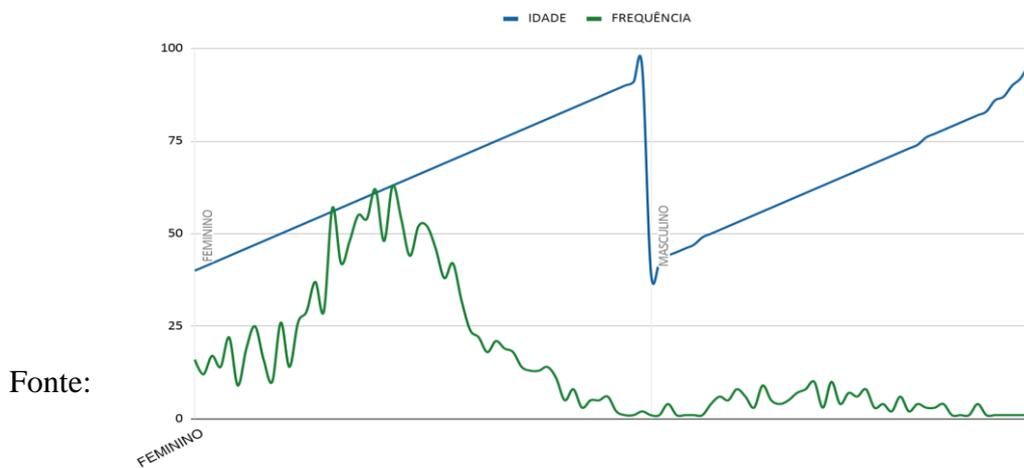
GRÁFICO 3 - Distribuição dos participantes do Programa Vida Saudável, maiores de 60 anos, por sexo (2020)



Fonte: Elaboração própria (dados fornecidos pela SMDHC)

O Gráfico 4 detalha a faixa etária dos participantes do PVS por sexo. Fica evidente que as mulheres são a maioria atendida pelo programa.

GRÁFICO 4 - Faixa etária dos participantes do Programa Vida Saudável, por sexo (2020)

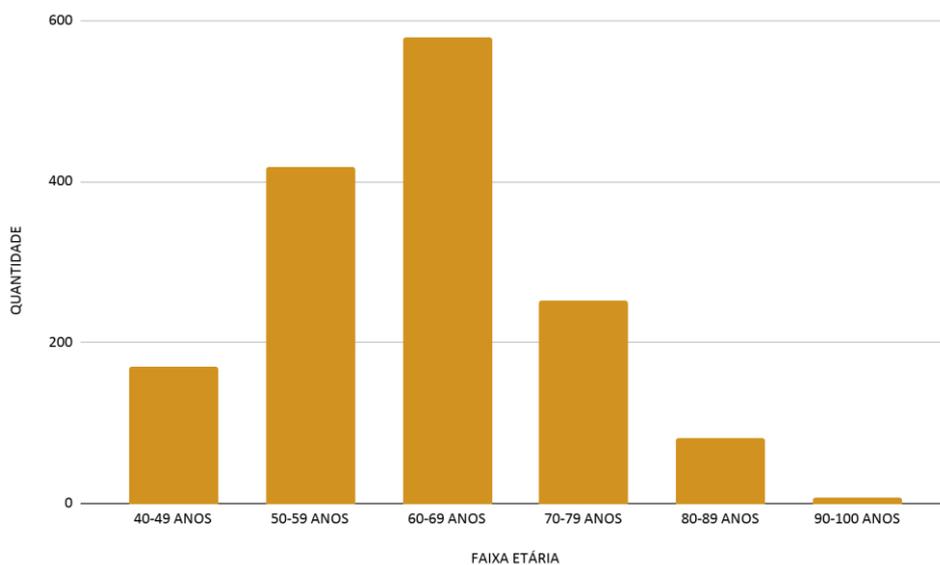


Fonte:

Elaboração própria (dados fornecidos pela SMDHC)

O Gráfico 5 indica que, apesar de concentrar idosos no programa, o recorte não é restrito a pessoas maiores de 60 anos, caráter confirmado nas diretrizes do programa:

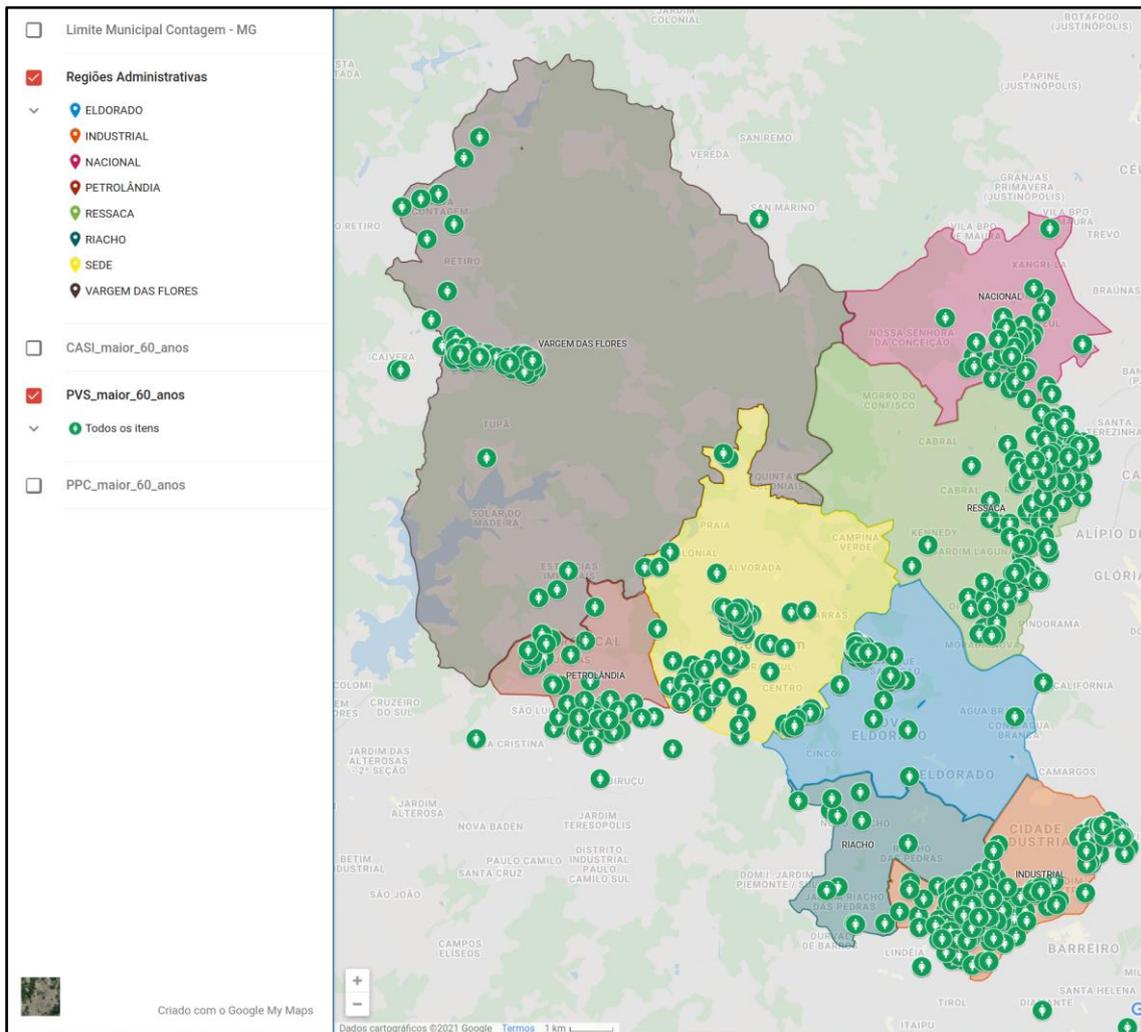
GRÁFICO 5 - Distribuição geracional dos participantes do Programa Vida Saudável (2020)



Fonte: Elaboração própria (dados fornecidos pela SMDHC)

Quando analisamos a distribuição dos participantes no território, nota-se uma maior concentração na Região Administrativa do Industrial e Ressaca. Porém percebe-se que o PVS está presente em todas as regiões administrativas, indicando um equilíbrio de alcance territorial (vide Figura 2):

FIGURA 2 - Georreferenciamento das ações do Programa Vida Saudável



Fonte: Elaboração própria (dados fornecidos pela SMDHC)

2.3.2 O Programa Prática Contagem (PPC): objetivos, arranjo, capacidade burocrática e resultados

Objetivo: Idealizado por uma servidora da SMCEJ (atual coordenadora do PPC), o programa surgiu em julho de 2016, a partir da percepção da possibilidade de ofertar à população do município de Contagem mais uma opção de atividades de esporte e lazer. Vinculado e administrado pela Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Juventude (SMCEJ), o programa visa a promoção da saúde, do convívio social e da cultura, contribuindo assim para a construção de hábitos saudáveis e promoção da cidadania. Com

isso, há um fortalecimento no enfrentamento das vulnerabilidades sociais, nos campos da saúde, esporte e práticas de atividades físicas, voltados aos cidadãos contagenses.

Arranjo político-institucional: O PPC foi colocado em prática em agosto de 2018, após dois anos de tentativas de repasse de verbas e de estratégias junto ao setor de Recursos Humanos da Prefeitura, para que ocorresse a efetiva contratação de profissionais da área de Educação Física, assim como a cessão de 15 estagiários através do banco de estágios da própria Prefeitura, que deveriam dar suporte ao atendimento aos idosos, dos 30 núcleos espalhados nas 8 regiões administrativas. Com toda a estrutura e equipe estruturada e definida, eram feitos registros dos participantes através do Cadastro de Prática (ficha cadastral fornecida pela SMCEJ, na qual o possível beneficiário da política preenche seus dados pessoais e indica se é apto a realizar as atividades propostas pelo programa). Diante do número considerável de pessoas maiores de 60 anos interessadas em participar, foi necessária uma adaptação das atividades para que fossem respeitadas às condições fisiológicas, cognitivas e motoras próprias do público idoso; isso inclui obviamente espaços onde seriam realizadas as atividades.

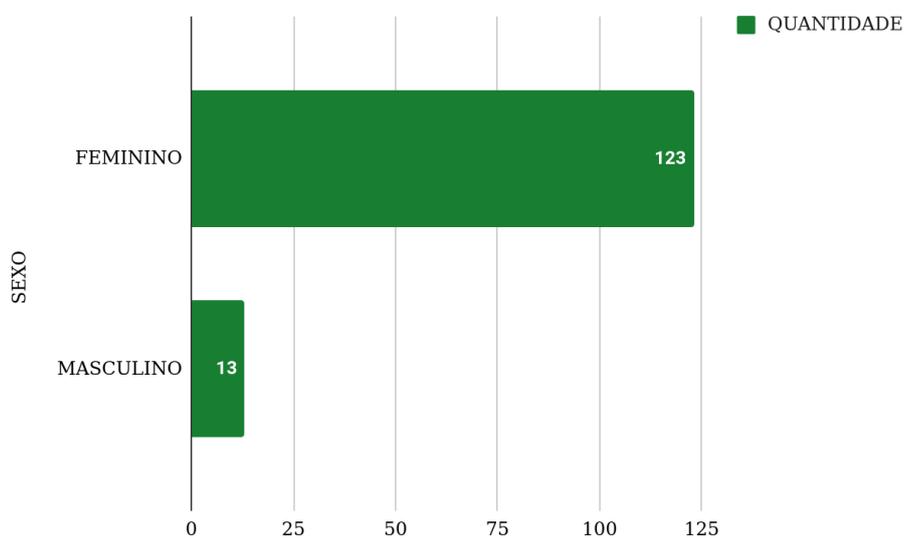
Com a troca de gestão de governo municipal em 2021, foi estabelecida uma nova meta ao PPC: atender, capacitar e equipar 40 (quarenta) espaços, com no mínimo 5 (cinco) núcleos, em cada uma das 8 (oito) regiões administrativas de Contagem. Dessa forma, ocorreria uma maior popularização do Circuito Funcional, assim como maior atendimento à população nesta nova forma de gestão do programa.

Capacidade burocrática: o programa municipalizado conta com o seguinte corpo técnico: 1 (uma) gestora do programa, com formação em Educação Física; 1 (uma) servidora, Diretora de Esporte e Lazer da SCEJ; 1 (uma) coordenadora pedagógica, com formação em Educação Física; 1 (uma) equipe com 5 (cinco) coordenadores de núcleos (bacharéis em Educação Física); 6 (seis) estagiários de Educação Física, sendo cada um responsável por 1 (um) núcleo, com o intuito de gerar um maior vínculo com o público-alvo. Há uma solicitação documentada em andamento para que o número de estagiários aumente de 6 para 44, para que sejam atendidas as oito regionais administrativas.

Resultados: Durante a nossa pesquisa, observamos que, da quantidade total de participantes idosos cadastrados no PPC, 123 eram mulheres e 13 eram homens. Ou seja, aproximadamente 90,4% do público participante era feminino, o que faz com que a perspectiva de atendimento seja parecida nesse programa em relação ao PVS (uma vez

que o público participante, pelo menos no que se refere à questão de gênero, é bem parecido).

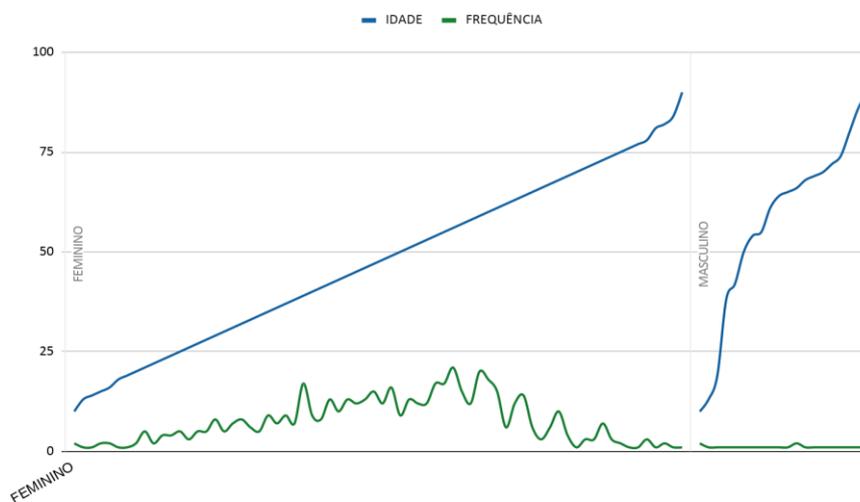
GRÁFICO 6 - Distribuição dos participantes do Programa Prática Contagem, maiores de 60 anos, por sexo (2020)



Fonte: Elaboração própria (dados fornecidos pela SMCEJ)

A distribuição da faixa etária do público participante é bastante heterogênea, variando entre crianças e adolescentes (10 a 18 anos), adultos (19 a 59 anos) e idosos entre 60 a 100 anos.

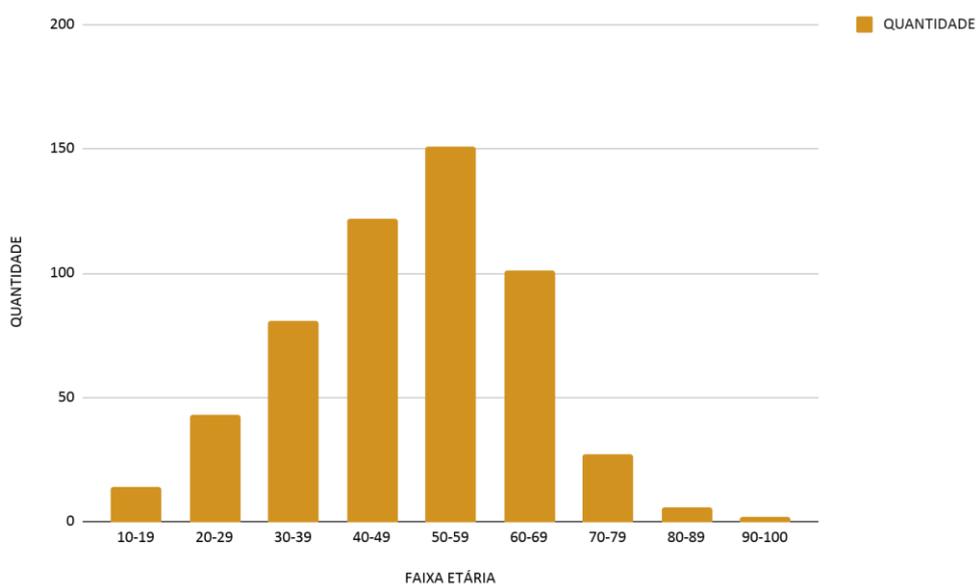
GRÁFICO 7 - Faixa etária dos participantes do Programa Pratica Contagem, por sexo (2020)



Fonte: Elaboração própria (dados fornecidos pela SMCEJ)

No Gráfico 7, percebe-se que além do alto número de participantes femininos, fica evidente que a frequência desse gênero às atividades ofertadas é maior.

GRÁFICO 8 - Distribuição geracional dos participantes do Programa Pratica Contagem (2020)



Fonte: Elaboração própria (dados fornecidos pela SMCEJ)

O público idoso apresenta uma maior frequência e sequência nas atividades ofertadas, em relação aos públicos infantil e adolescente participantes, equiparando-se ao adulto. Tal fato sugere que está ocorrendo uma mudança de hábito no cotidiano da população residente no município, que está se interessando mais pelas atividades físicas oferecidas pela Prefeitura.

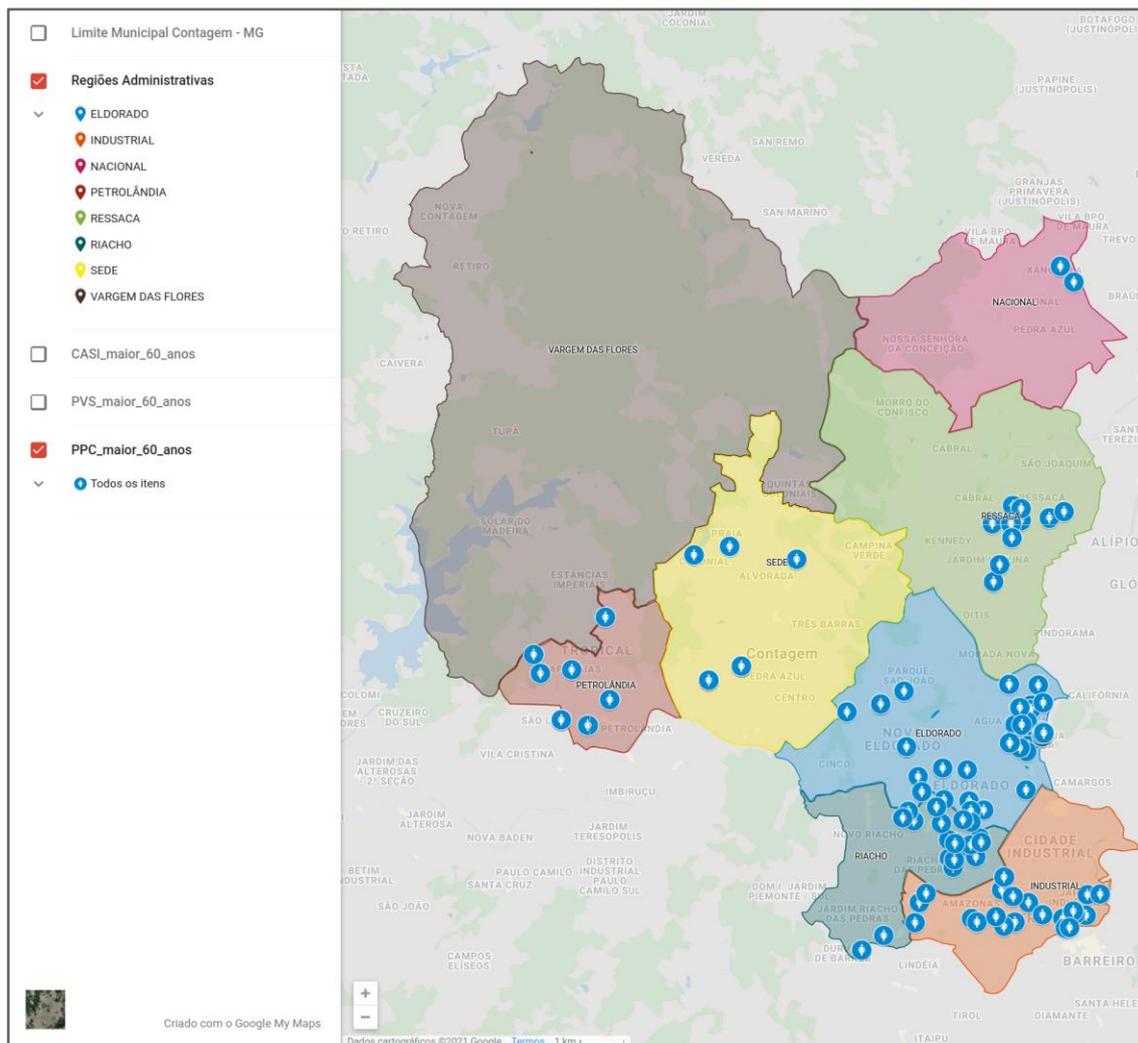
QUADRO 1 - Descrição de atividade ofertada no Programa Prática Contagem

Atividade ofertada	Frequência	Local de atividade	Público-alvo atingido
Circuito Funcional	2x/semana 4h/dia (período da manhã)	Espaços públicos, tais como: quadras de escola, ginásios poliesportivos, praças abertas, grupos de convivência	Locações disponíveis nas 8 regionais administrativas de Contagem. A meta é de, no mínimo, 5 núcleos em cada região, totalizando 40 espaços no município, para atendimento de crianças, adolescentes, adultos e idosos.

Fonte: Elaboração própria (dados fornecidos pela SMCEJ)

De acordo com o georreferenciamento do PPC (apresentado abaixo na FIGURA 3), as pessoas maiores de 60 anos cadastradas no programa estão concentradas e distribuídas respectivamente nas seguintes regiões: Eldorado, Industrial, Riacho, Ressaca, Petrolândia, Sede e Nacional. Percebe-se que há uma carência de atendimento à população idosa residente de Vargem das Flores, uma vez que mesmo constando um núcleo existente nessa região administrativa, não há idosos cadastrados, sinalizando uma lacuna no programa a ser investigada.

FIGURA 3 - Georreferenciamento das ações do Programa Prática Contagem



Fonte: Elaboração própria (dados fornecidos pela SMCEJ)

2.3.3 Conjunto de Ações para a Pessoa Idosa (CAPI): objetivos, arranjo, capacidade burocrática e resultados

Objetivo: Originada em 2017, a Superintendência de Políticas Públicas para as Pessoas Idosas (SPPPI), por meio da SMDHC, promove um conjunto de ações (nomeadas neste trabalho pelo grupo como Conjunto de Ações para a Pessoa Idosa - CAPI) que visam o envelhecimento ativo, saudável e digno para a população idosa do município de Contagem. Para alcançar tais objetivos, existem algumas atividades ofertadas ao público-alvo do programa, descritas a seguir:

1- Hidroginástica e Atividades Físicas: são as atividades que visam a manutenção e a melhora da qualidade de vida e saúde dos idosos, além de proporcionar a ampliação do contato social;

2 - Artesanato: propicia o resgate de histórias e valorização de talentos; além disso, tem grande importância na geração de renda familiar, considerando que grande parte dos idosos participantes do programa ainda é a principal ou única fonte de renda da família;

3- “Bailões”: atividades festivas que promovem o lazer e a socialização, estimulando a função cognitiva dos idosos. Além disso, podem auxiliar na prevenção de doenças psicossomáticas, tais como a depressão e ansiedade.

Arranjo político-institucional: As ações da SPPPI são executadas por meio de um termo de colaboração com uma ONG (Associação dos Moradores do Bairro Novo Progresso II), a qual é responsável pela realização da maior parte das atividades. Além disso, existem alguns servidores comissionados (ligados à estrutura da prefeitura) que são responsáveis por supervisionar uma pequena parte dos espaços onde essas atividades são executadas.

Capacidade burocrática: O programa conta com vinte e dois colaboradores que geram as ações direcionadas aos idosos (divididos em internos e externos, de acordo com suas ações). Em relação aos servidores internos, podemos fazer ainda mais especificações: o programa contém uma servidora concursada de nível médio, um colaborador terceirizado com formação em Educação Física e três gestores comissionados (sendo uma com formação em Pedagogia e os demais, nível médio).

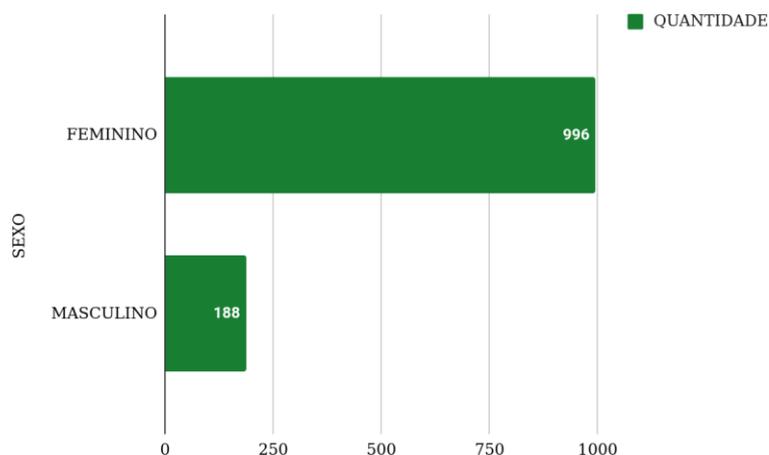
Resultados: de acordo com dados fornecidos por uma servidora da SPPPI, o programa apresenta os seguintes resultados por modalidade:

QUADRO 2 - Descrição de atividades ofertadas no Conjunto de Ações da Pessoa Idosa

Atividade ofertada	Frequência Semanal	Local de atividade	Público-alvo atingido
Hidroginástica	2	4 academias contratadas	25 turmas com 50 alunos cada, totalizando 1250 idosos/mês
Artesanato	1-2	Organizações da Sociedade Civil, Instituições de Longa Permanência para Idosos, Espaços Bem Viver do Idoso e CRAs	09 turmas com 25 alunos em média, totalizando 225 idosos/mês
Atividades físicas (Alongamento, relaxamento, aeróbicos, zumba, aero fit, treinamento funcional, jogos, brincadeiras e recreação)	2-3	2017: Lar de Marcos e 3 Espaços Bem viver do Idoso (convênio Programa Vida Saudável)	841 idosos atendidos mensalmente, com atividades desenvolvidas por estagiários na Prefeitura, supervisionadas por técnicos contratados pelo Termo de Colaboração (ano base: 2019)
“Bailões”	1	Não foi possível obter a informação em tempo hábil.	Público variável: de 20 a 500 pessoas por evento.

Fonte: Elaboração própria (dados fornecidos pela SPPPI)

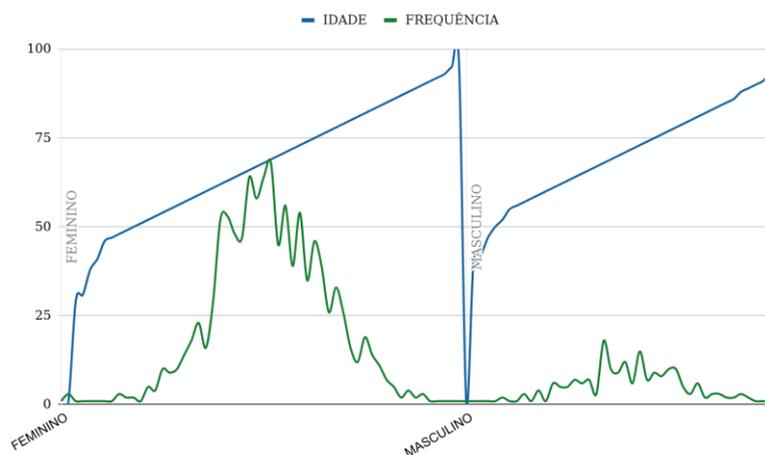
GRÁFICO 9 - Distribuição dos participantes do Conjunto de Ações para a Pessoa Idosa, maiores de 60 anos, por sexo (2020)



Fonte: Elaboração própria (dados fornecidos pela SPPPI)

Observa-se que a maioria dos beneficiários é do gênero feminino; o CAPI atende 996 pessoas do sexo feminino (aproximadamente 95% do público do programa) e 188 do sexo masculino, mantendo o padrão de atendimento observado nas análises dos outros programas apresentados anteriormente.

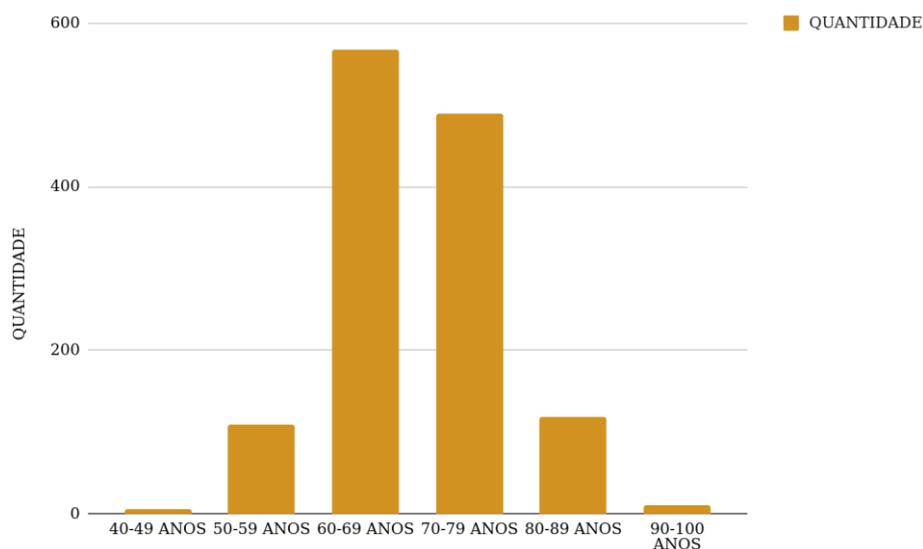
GRÁFICO 10 - Faixa etária dos participantes do Conjunto de Ações para a Pessoa Idosa, por sexo (2020)



Fonte: Elaboração própria (dados fornecidos pela SPPPI)

Ao analisar o Gráfico 10, é possível concluir que apesar de haver uma maior diversidade de atividades ofertadas pela SPPI, o número de participantes e a frequência nas atividades ofertadas ainda é maior pelo público feminino, assim como ocorre nos outros programas descritos anteriormente.

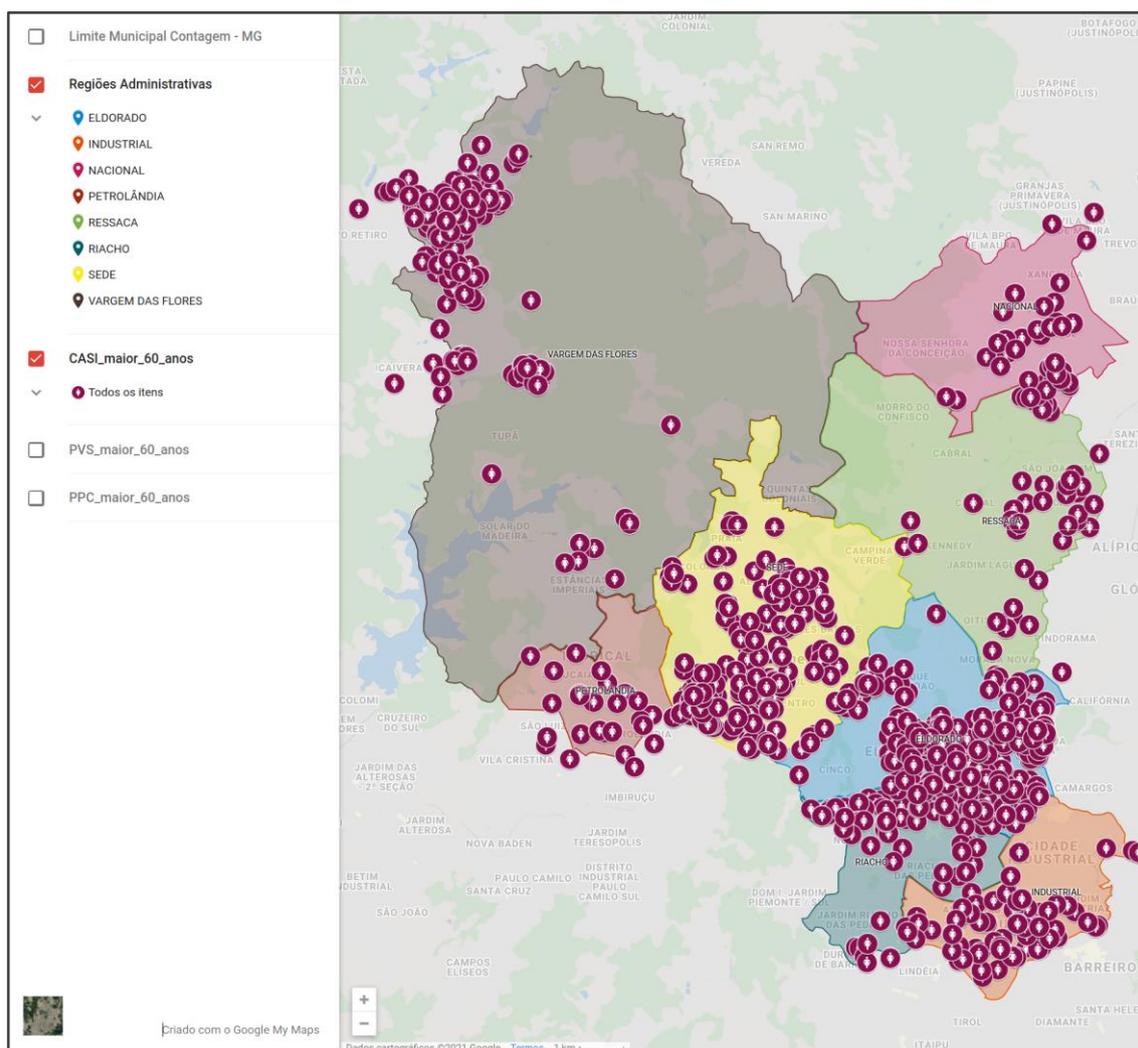
GRÁFICO 11 - Distribuição geracional dos participantes do CAPI (2020)



Fonte: Elaboração própria (dados fornecidos pela SPPPI)

É possível observar que o público dominante do programa possui idade entre 60 a 79 anos (dado já esperado, visto que as ações da SPPPI são direcionadas a essa faixa etária). Os idosos representam 91,1% do público atendido pelo programa. Além disso, este é o programa que possui a maior quantidade de beneficiários, pois atende cerca de 49% do público alvo.

FIGURA 4 - Georreferenciamento das ações do CAPI



Fonte: Elaboração própria (dados fornecidos pela SPPPI)

De acordo com o georreferenciamento da SPPPI (apresentado na Figura 4), as pessoas maiores de 60 anos cadastradas no programa estão presentes em todas as regiões administrativas, concentrando maior presença de participantes no Eldorado. Percebe-se também que o atendimento à população idosa residente de Vargem das Flores e Ressaca não parece ser suficiente, visto que possuem uma grande área territorial e um número baixo de idosos que participam do programa.

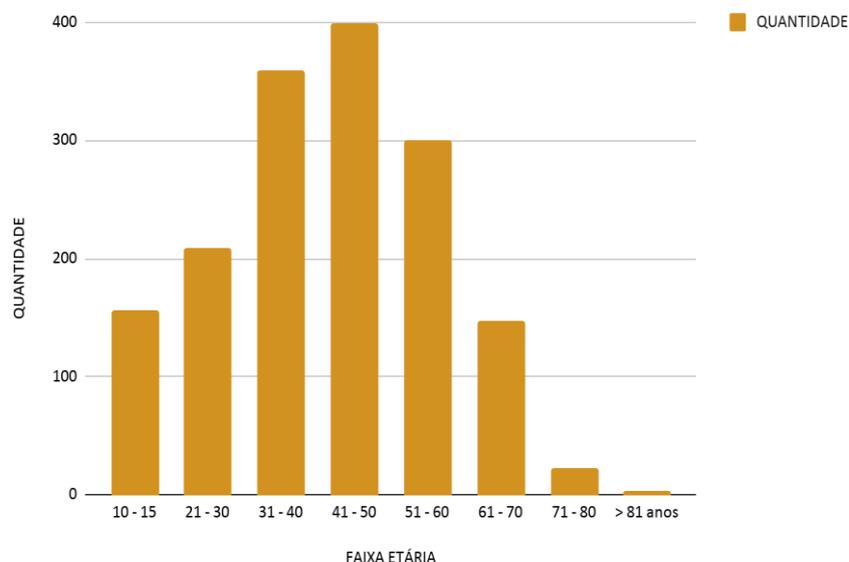
2.3.4 Programa Movimenta Contagem (PMC): objetivos, arranjo, capacidade burocrática e resultados

Objetivo: O PMC tem como objetivo a promoção da qualidade de vida e inclusão social da população, através da oferta qualificada de diversas atividades, tais como aulas de dança, ginástica, práticas corporais alternativas, etc, de acordo com as demandas apresentadas pelas oito áreas administrativas de Contagem. Além disso, o programa ainda visa a melhoria da saúde dos contagenses, com consequências positivas para a saúde pública do município, uma vez que as atividades oferecidas pelo PMC tendem a diminuir a demanda populacional pelas Unidades Básicas de Saúde (UBS) e Unidades de Pronto Atendimento (UPA), assim como o consumo de medicamentos (já que as possíveis doenças decorrentes do sedentarismo tendem a ser combatidas e/ou minimizadas por iniciativas como essa).

Resultados: Segundo dados informados pela SMS indicam que até março/2020, havia núcleos presentes nas oito regiões administrativas de Contagem, a dizer: oito núcleos no Eldorado, treze núcleos no Industrial, doze núcleos no Nacional, sete núcleos no Petrolândia, sete núcleos no Ressaca, nove núcleos no Riacho, dezoito núcleos na Sede e sete núcleos na Vargem das Flores. Esses núcleos se apresentavam em diferentes status: consolidados, novos ou ainda em fase de implantação.

Não foi possível inferir informações acerca do arranjo político-institucional do PMC com os dados fornecidos pela SMS. A mesma situação se deu com o que diz respeito à capacidade burocrática do programa.

GRÁFICO 12 - Faixa etária* dos participantes do PMC, em 2020



Fonte: Elaboração própria (dados fornecidos pela SMS)

Nota: *Usuários cadastrados que informaram sua idade de forma espontânea

Observando-se o gráfico acima, é perceptível a heterogeneidade das idades do público atendido pelo programa (10 a 81 anos). E pode-se ainda perceber pelos dados que o público idoso não é o mais beneficiado por essa política de lazer e esporte, fato que será descrito melhor posteriormente.

2.3.5 Articulação interinstitucional dos programas e projetos destinados a idosos no Município de Contagem

Nesta seção, procede-se a comparação das quatro políticas apresentadas na seção anterior, distinguindo-as em dois grupos: Grupo 1: programas ou ações de esporte e lazer que foram desenhados prioritariamente para o público-alvo desse diagnóstico (as pessoas idosas) e Grupo 2: programas e ações que foram desenhados de forma mais abrangente para todos os públicos e que acabam por também recepcionar participantes idosos. No primeiro grupo, temos os dois programas da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de Contagem: o Conjunto de Ações para Idosos e o Programa Vida Saudável; no segundo, temos o Programa Movimenta Contagem da Secretaria Municipal da Saúde e o Programa Pratica Contagem da Secretaria Municipal de Esporte, Juventude e Cultura. As perguntas que buscamos responder são as seguintes: qual a proporção do público total atendido pelo número de idosos e o que isso indica sobre o foco da política? A

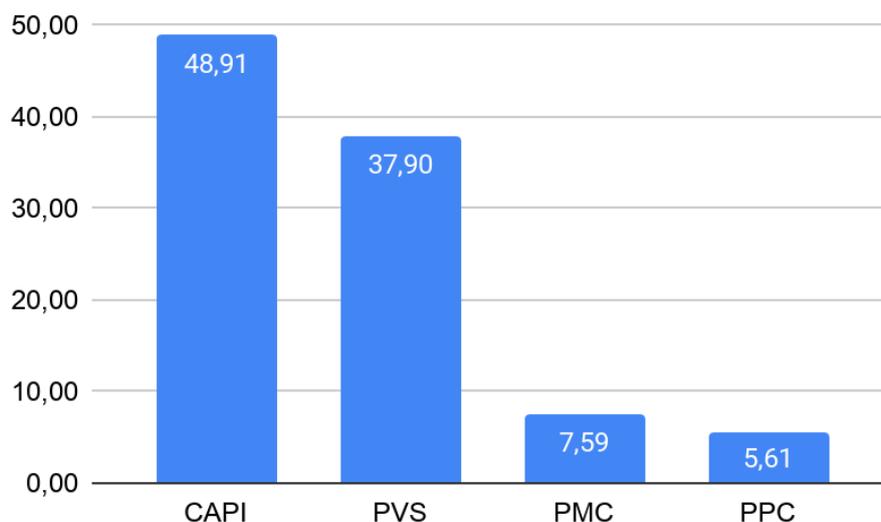
capilaridade territorial dos participantes pode revelar aspectos sobre como as diferentes ações são arrançadas e implementadas e sua cobertura populacional? A grande capilaridade dos núcleos significa maior alcance do público idoso? Existem lacunas e/ou sobreposições das ações no que tange a distribuição dos participantes e núcleos/espços de esporte e lazer nas regiões administrativas?

Para além da análise sobre a cobertura do público alvo e do território municipal, nesta seção ainda analisaremos o monitoramento e avaliação dos programas apresentados. Cabe destacar que o monitoramento e a avaliação constituem uma das etapas mais sensíveis na gestão de programas e políticas públicas, pois trata questões como transparência nas ações, instrumentos para correção de rumos, oferta de informações confiáveis, objetivando sempre, em última instância, a potencialização de recursos e resultados; procedimentos estes relativamente novos no Brasil e, portanto, ainda não institucionalizados de forma adequada por muitos órgãos públicos, excetos aqueles criados para essa função específica.

Inicialmente, será feita uma abordagem da quantidade de participantes idosos, relativa ao total do programa ou ação e também ao tamanho da população do município.

Quando é feita uma análise da abrangência das diversas ações de esporte e lazer para o público idoso, percebe-se que os dois programas do Grupo 1 - CAPI e PVS - concentram 86,8% dos idosos participantes dos programas em Contagem (o primeiro, 48,91% e o segundo, 37,90%); por sua vez, no que se refere aos programas do Grupo 2, verifica-se que o PMC concentra 7,6% e PPC 5,61% (conforme o Gráfico 13). Nesse aspecto, pode-se perceber que os dois primeiros programas têm maior um alcance no recorte estudado, explicitando o maior foco no público idoso, conforme esperado pelo desenho institucional dos mesmos.

GRÁFICO 13 - Percentual do público-alvo (idosos) relativo à soma de participantes dos programas/ações de esporte e lazer ofertado no município de Contagem/MG (2020)



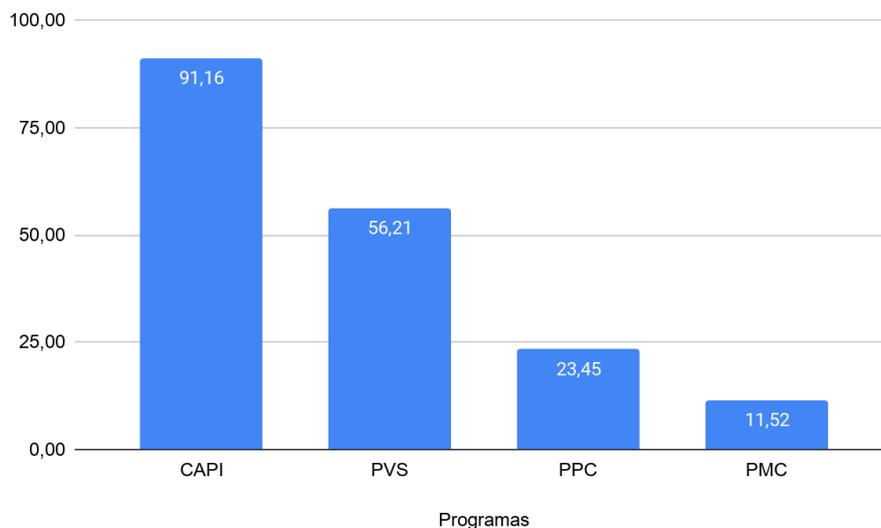
Fonte: Elaboração própria (dados fornecidos pelas SMDHC, SMECJ, SMS e SPPI)

Complementando essa constatação, para análise do público-alvo prioritário deste estudo, dividiu-se os participantes de cada programa por pessoas maiores e menores de 60 anos³. Destaca-se que todos os programas juntos atendem a um universo de 5.113⁴ pessoas, onde quase metade (47,43%) são maiores de 60 anos. Porém, quando se observa mais detalhadamente, percebe-se que a distribuição desses idosos varia muito entre os programas. A seguir, é feita uma análise de cada caso, iniciando pelo CAPI, com base no Gráfico 14:

³ Considerando que a Secretaria Municipal de Saúde não forneceu os dados desagregados relativos às faixas etárias, foi necessário realizar uma separação proporcional da faixa de 56-60 anos, a fim de incluir pessoas de 60 anos entre o total de idosos.

⁴ Foram considerados para esse estudo apenas os cadastros minimamente completos, ou seja, que possuíam pelo menos a informação da data de nascimento ou idade do participante. Em razão disso, muitos dados foram descartados da análise.

GRÁFICO 14 - Percentual de participantes idosos (>60 anos) relativos ao total de pessoas atendidas dentro de cada programa de esporte e lazer no município de Contagem/MG (2020)



Fonte: Elaboração própria (dados fornecidos pela SMDHC, SMCEJ, SMS e SPPPI)

Os programas do Grupo 1, aqueles que foram desenhados para acolher o público idoso prioritariamente, destacam-se nos números totais. Pela própria configuração prévia do arranjo institucional dos programas, observa-se que os participantes maiores de 60 anos do CAPI representam 91,1% do público atendido. Tal fato pode ser explicado pela restrição de outras faixas etárias no desenho das ações para esse público, onde há uma condição exigida nos termos dos convênios assinados junto a uma ONG parceira (a qual executa as ações e reitera tal fato na prestação de contas). No caso do Programa Vida Saudável, pode-se observar que os idosos maiores de 60 anos representam 56,2% dos participantes. Embora ainda sejam a maioria, é um número menor quando comparado ao primeiro programa apresentado pois, como o próprio edital do PVS indicava em 2013, as ações desenvolvidas seriam priorizadas para aquele recorte, mas não exclusivamente a ele (possibilitando assim que outras faixas etárias participassem das atividades ofertadas). Quando é feita a análise dos programas do Grupo 2, esses números são menores. No PPC, os idosos representam apenas 23,5% do total de participantes, enquanto no PMC, a representatividade cai para 11,52%, indicando que em ambos os programas há menor focalização desse público. No PPC, os próprios documentos que traçam os objetivos do programa indicam que as atividades incluem também crianças, jovens, adultos e idosos (considerando que é um programa advindo de uma Secretaria que tem como uma de suas

atribuições atuar na inclusão da temática da juventude em políticas públicas). No PMC também é observado que a maior parte do público atendido por essa política não é a população idosa contagense, mas indivíduos entre 31 a 60 anos (vide Gráfico 12).

Numa outra perspectiva, quando é feita a análise do alcance das ações comparando o total da população idosa (>60 anos) no município, todas as atividades juntas atingem apenas 3,93% deles (Tabela 2), dos quais, os programas do Grupo 1 representam 3,41%, enquanto o Grupo 2, somente 0,52% dos idosos da política de esporte e lazer municipal. É importante ressaltar que existe a limitação desse dado, uma vez que não foi possível quantificar quantos idosos são atendidos via terceiro setor, com o uso de emendas parlamentares em atividades⁵ de esporte e lazer; porém, se estruturas com capacidade burocráticas razoáveis atingem, na melhor das hipóteses, aproximadamente 2% da população, as demais instituições que ofertam essas atividades talvez não ultrapassem tal métrica. Dessa forma, pode-se considerar que há uma grande lacuna da política de esporte e lazer para idosos, a qual precisa ser repensada. Outra observação que cabe ser feita é a de que aproximadamente 96% desse público não tem oportunidade de acesso ao esporte e lazer, um direito constitucionalmente estabelecido.

TABELA 2 - Percentual da população idosa (>60 anos) atendida por programas de esporte e lazer no município de Contagem (2020)

POPULAÇÃO DE IDOSOS		61.678*	100%
PROGRAMAS		IDOSOS ATENDIDOS	%
GRUPO 1	CAPI	1.186	1,92
	PVS	919	1,49
	PMC	184	0,30
GRUPO 2	PPC	136	0,22
Total		2.425	3,93

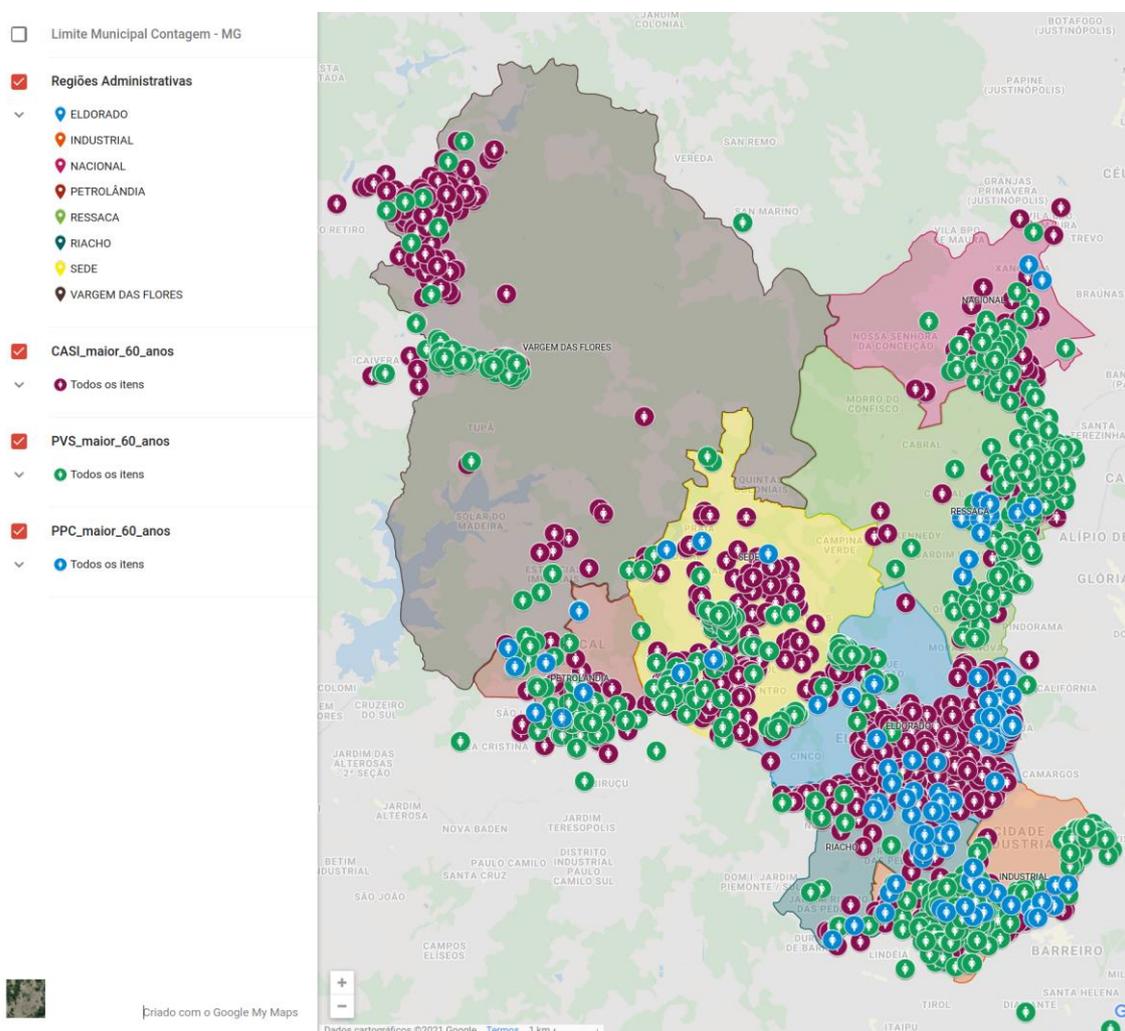
Fonte: Elaboração própria (dados fornecidos pelas SMDHC, SMCEJ, SMS e SPPI)

Nota: *População de idosos maiores de 60 anos em 2020, conforme estimativa do IBGE para 2020.

⁵ Nossa pesquisa identificou pelo portal da transparência do município que existem 12 emendas parlamentares ativas que possuem o recorte estudado, mas que não foram incluídas no estudo por limitações de acesso aos dados junto às OSCs e pelo prazo de compilar e analisar tais informações.

Observando-se sob uma perspectiva territorial, para melhor compreensão do alcance das políticas aos cidadãos, duas abordagens são possíveis com base nos dados disponíveis: a capilaridade dos participantes e a capilaridade dos núcleos. A Figura 5 mostra a composição do georreferenciamento dos participantes anonimizados de cada política⁶. Confirma-se a maior presença de idosos nas regiões administrativas Eldorado, Sede e Industrial, com conseqüente maior adesão aos programas e ações da administração pública nessas regiões.

FIGURA 5 - Georreferenciamento dos participantes do CASI, PPC e PVS em Contagem/MG



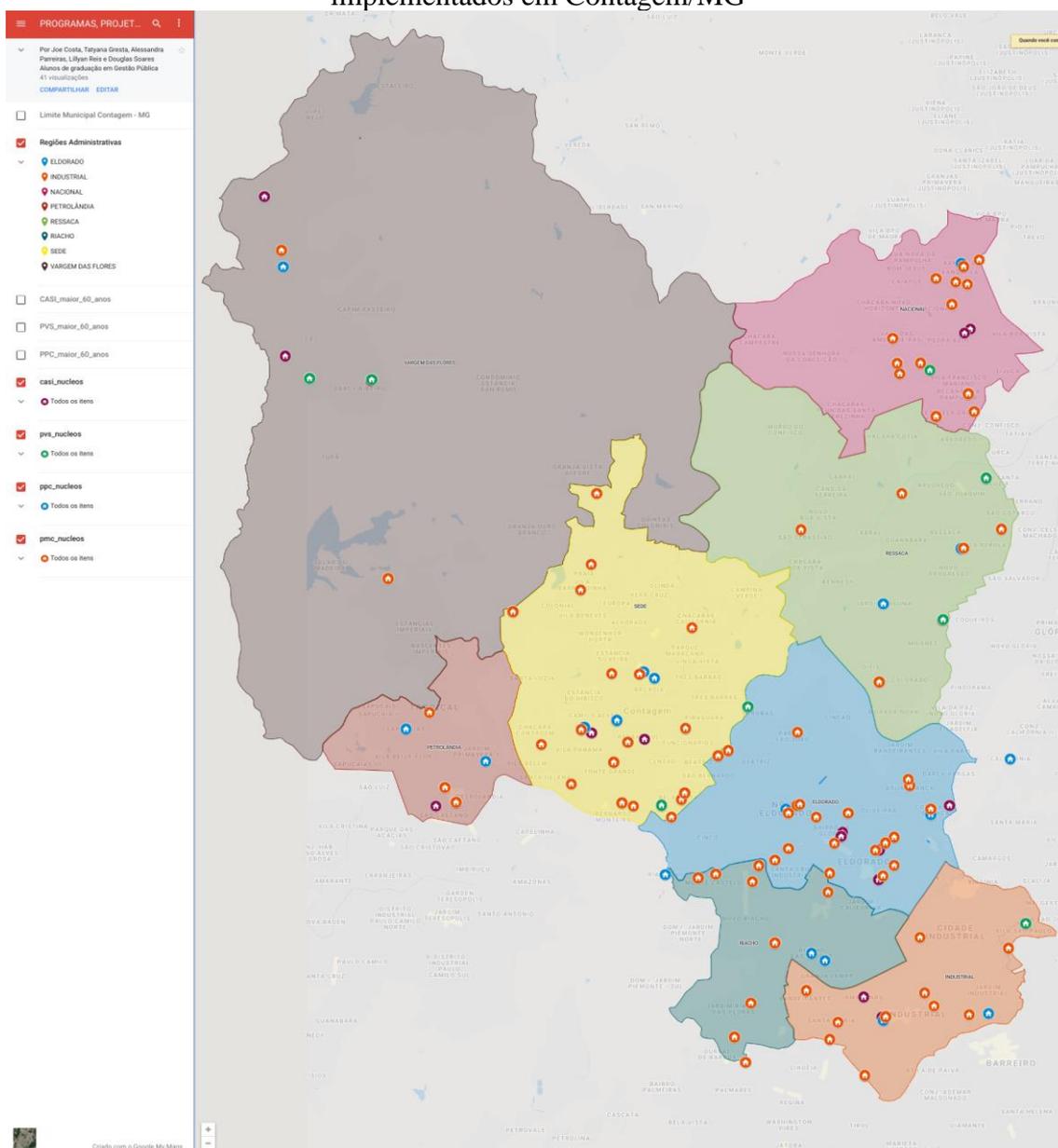
Fonte: Elaboração própria (dados fornecidos pela SMCDH, SMCEJ e SPPPI)

⁶ A Secretaria Municipal de Saúde não forneceu a tempo dados anonimizados dos participantes do PMC, não sendo possível incluí-los nesse comparativo.

Os programas do Grupo 1 diferem do Grupo 2 também na cobertura populacional dos programas. Considerando o alcance do público idoso, constata-se também que o CAPI (Grupo 1) está presente em todas regiões administrativas, concentrando maior presença de participantes no Eldorado, enquanto o PVS (Grupo 1), também presente nas oito regiões, tem maior presença no Industrial e no Ressaca. Pode-se observar que as duas ações se distribuem de forma mais equilibrada na Sede, Vargem das Flores, Nacional e Petrolândia. O PPC (Grupo 2) só não está presente na região das Várzeas das Flores, sendo mais forte sua atuação no Industrial, Riacho e Eldorado, aparecendo timidamente nas demais regiões. Infelizmente, não tivemos acesso aos dados da Saúde a tempo para esse estudo, mas pelo baixo número de participantes idosos não diferiria muito do PPC. De qualquer maneira, fica evidente que a cobertura populacional no recorte de idosos maiores de 60 anos é superior nos programas desenhados para esse público.

Considerando o conjunto dos programas, conclui-se que a capilaridade territorial dos participantes é alta, um ponto muito positivo para políticas públicas que têm por objetivo a melhora na qualidade de vida da população. O mapa também revela que participantes moradores de mesmas regiões fazem escolhas diferentes quanto aos programas, fator interessante que talvez possa ser explicado pelo processo de captação de participantes e a localização dos núcleos. Aqui, revela-se que a gestão das ações dos programas do primeiro grupo é mais eficiente, considerando o perfil do público-alvo, pois o CAPI e PVS possuem busca ativa de participantes, enquanto o PPC implanta seus núcleos pelo “boca-a-boca” comunitário. A primeira estratégia tende a ampliar as oportunidades de participação, enquanto a última circunscreve aos frequentadores das praças públicas e seu entorno. Sabe-se que indivíduos auto interessados têm maior acesso às políticas públicas. O desafio aqui é tornar as oportunidades iguais aos demais. A busca ativa sistematizada ou a divulgação das ações em meios de comunicação de massa (como o rádio e jornais de circulação local) são alternativas interessantes.

FIGURA 6 - Georreferenciamento dos núcleos/espços dos programas de lazer e saúde implementados em Contagem/MG



Fonte: Elaboração própria (dados fornecidos pela SMDHC, SMCEJ, SPPPI e SMS)

No que tange a cobertura territorial dos espaços de esporte e lazer, os números revelam algo contra intuitivo: a maior capilaridade não significa maior cobertura de idosos pelos programas. A Figura 6 mostra a capilaridade territorial dos núcleos ou espaços. Existem 154 núcleos espalhados por todo o território do município. O Grupo 2 supera o Grupo 1 em número de núcleos/espços, sendo 123 contra 31. As regiões da Sede e Eldorado concentram a maior parte deles, agora com a inclusão dos dados do Programa Movimenta Contagem, da Secretaria Municipal de Saúde, que sozinho ocupa 62% dos espaços, na

sua maioria, praças públicas, mas que atende somente 11,5% dos idosos participantes dos programas e 0,3% da população idosa do município. A observação desses dados ressalta que os espaços mais democráticos da cidade ainda absorvem muito pouco o público idoso; mesmo considerando que o PMC não nasceu com ações focadas nesse público, há margem para aumentar a média atual de dois idosos por espaço do PMC. No caso do PPC, da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Juventude, nota-se que estão presentes em 30 espaços. Considerando que o desenho institucional do PMC e do PPC são comuns em seu formato e público-alvo, este último ainda consegue melhor desempenho entre os idosos compartilhando os mesmos objetivos, atendendo 6,5 idosos por espaço (vide Quadro 3):

QUADRO 03 - Comparação de capilaridade territorial, atividades e participantes idosos dos núcleos das ações de esporte e lazer para idosos no município de Contagem/MG

PROGRAMA	NÚCLEOS /ESPAÇOS	ATIVIDADES	MÉDIA PARTICIPANTES IDOSOS/NÚCLEO
PVS	10	2 (atividade física e artesanato)	91,9
GRUPO 1			
CAPI	21	4 (hidroginástica, artesanato, atividade física, bailões)	39,5
PPC	30	1 (Circuito funcional)	6,5
GRUPO 2			
PMC	93	5 (ginástica, dança, funcional, fisioterapia, hidroginástica)	2,0
TOTAL	154	11	15,7

Fonte: Elaboração Própria (dados fornecidos pela SMDHC, SMCEJ, SPPPI e SMS)

No caso dos programas e ações da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania, PVS e CAPI (Grupo 1), ambos apresentam a maior média de participantes idosos por núcleo, o primeiro com 92 idosos em cada um (01) dos seus 10 núcleos e o segundo com 21 espaços, com aproximadamente 40 idosos por espaço.

Em resumo, fica evidente que a maior capilaridade territorial dos núcleos ou espaços não configura necessariamente maior alcance do público idoso; o que parece fazer diferença é o desenho institucional com essa finalidade, bem como a forma de gerir a divulgação das ações entre a população do município. Levando-se em consideração que menos de 4% da população idosa do município participa dos programas de esporte e lazer, é preciso investir mais nas estratégias de divulgação, bem como promover articulação entre os diferentes programas para ampliar esse número.

Por último, avaliamos os quatro programas sob uma perspectiva de possíveis lacunas/sobreposições das ações, expressas pela distribuição territorial dos núcleos, pelo perfil dos participantes ou por sua ausência. Como demonstra o Quadro 4, aproximadamente 70% dos núcleos ou espaços estão distribuídos em quatro (4) regiões administrativas: Eldorado, Sede, Nacional e Industrial, que, com exceção da região do Nacional, coincidem com as regiões mais povoadas do município (vide Tabela 1). Um exemplo de lacuna na atuação da política de esporte e lazer no município chama a atenção: a região do Ressaca, com maior concentração populacional (95.263 habitantes) e mais idosos (17.710), que possui proporcionalmente menos núcleos e espaços (11) para atividades de lazer e esporte que a Nacional (população: 61.432 habitantes; idosos: 10.609; núcleos: 19). Isso pode ser explicado pela maior infraestrutura disponível de praças públicas na região e reflete a desigualdade na distribuição das oportunidades de lazer e esporte no território contagense.

QUADRO 4 - Quantidade de núcleos/espacos das ações de lazer e esporte nas diferentes áreas administrativas de Contagem/MG

REGIÕES/AÇÕES	PVS	PPC	CAPI	PMC	TOTAL
ELDORADO	1	4	6	20	31
SEDE	1	5	2	18	26
NACIONAL	1	1	4	13	19
INDUSTRIAL	2	2	4	10	18
RIACHO	0	3	0	9	12
VÁRZEA DAS FLORES	2	1	4	2	11
RESSACA	2	2	2	5	11
PETROLÂNDIA	1	2	2	3	8

Fonte: Elaboração própria (dados fornecidos pela SMDHC, SMCEJ, SMS e SPPPI).

Nota: *Não foi possível mapear todos os espaços ou núcleos por inconsistência nos endereços fornecidos.

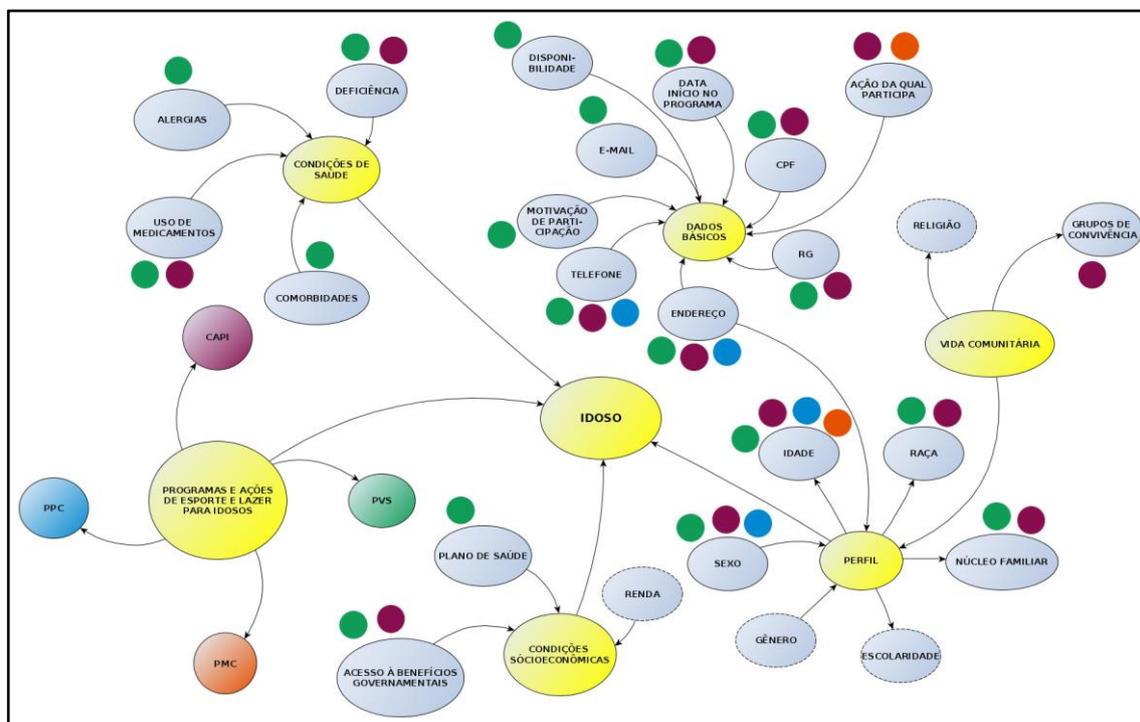
Uma outra lacuna presente em todos os programas e ações verificados é a disparidade⁷ entre os participantes homens e mulheres. Na média, os homens representam apenas 16%, uma diferença bastante significativa.

Ainda uma outra lacuna que se apresenta tem a ver com a gestão dos dados. Toda política precisa gerir de forma eficiente seus dados para permitir o correto monitoramento e avaliação. Tais dados permitem entender o perfil do público e desenhar estratégias para melhor implementar suas ações para determinado grupo. Nesse ponto, vale ressaltar o comparativo entre os domínios de dados disponíveis nos programas, que não diz respeito àqueles dados que foram coletados via formulário físico, mas àqueles que foram *efetivamente* compilados e estão disponíveis para acesso e tomada de decisão do gestor local, não importando seu suporte. A Figura 7 mostra os dados compilados por cada secretaria, divididos em 5 categorias: dados básicos do idoso, perfil geral, condições de saúde, condições socioeconômicas e vida comunitária. Cada programa é representado por uma cor: PVS (verde); CAPI (roxo); PPC (azul) e PMC (laranja). Quando o programa

⁷ A Secretaria de Saúde de Contagem não forneceu dados desagregados para essa análise.

apresenta a informação de uma categoria, um pequeno círculo com sua cor é marcado ao lado das categorias citadas acima:

FIGURA 7 - Categorização e compilação de dados dos idosos participantes dos programas de lazer e esporte (2020)



Fonte: Elaboração própria (dados fornecidos pela SMDHC, SMCEJ e SPPII)

É notório que o PVS, por ter sido implementado com a coordenação do Governo Federal, foi orientado a manter dados mais qualificados sobre o público (umas das exigências do ME para a prestação de contas do convênio), o que manteve a qualidade das informações sobre o público-alvo gerido por um sistema próprio da política (MIMBOÉ). Um exemplo positivo disso é a identificação de pessoas idosas com alguma comorbidade, medicamentos utilizados e mapeamento de alergias. Depois do PVS, o CAPI é o programa que apresenta a melhor organização dos dados, sendo o único a identificar as dimensões da vida comunitária do idoso. Os dois programas, pertencentes ao Grupo 1, são os únicos que apresentam identificação de raça, deficiência, informações sobre a composição familiar e o acesso a benefícios governamentais. Apesar dos formulários do PPC possuírem mais informações, na prática a compilação se restringe a informações mais básicas sobre o idoso. Interessante destacar que renda, religião, gênero e escolaridade não são mapeados por nenhum programa. Novamente, o PMC não informou a tempo as

informações que permitissem um comparativo adequado. Os dados básicos recebidos não identificam sequer o sexo dos participantes. Por fim, em todos os dados analisados encontrou-se algum tipo de inconsistência no que tange a sua completude ou acurácia e, portanto, algumas informações não foram incluídas nesse estudo, especialmente quando não constavam a idade dos participantes.

Quando pensamos na sobreposição das ações, pode-se destacar a própria distribuição territorial dos núcleos ou espaços onde as atividades de esporte e lazer são realizadas. A matriz abaixo destaca essa visão:

QUADRO 5 - Sobreposições de ações dos programas de lazer e esporte no território das regiões administrativas de Contagem/MG

AÇÕES	PVS	PPC	CAPI	PMC	Total
PMC	0	5	4	3	12
CAPI	1	2	2	4	9
PPC	1	0	2	5	8
PVS	0	1	1	0	2

Fonte: Elaboração própria (dados fornecidos pela SMDHC, SMCEJ, SPPPI e SMS)

Para esse mapeamento de sobreposição territorial, considerou-se a distância entre os espaços num raio de 300 metros; quando um espaço estava muito próximo ou coexistiam, ou seja, quando o mesmo núcleo, praça ou espaço é usado por programas diferentes, conta-se como uma sobreposição. Não foram analisados aqui em quais turnos as atividades ocorrem e nem o tipo de atividade, apenas se estão ou não muito perto uns dos outros. Como resultado, observa-se que todos os programas e ações possuem mais de uma sobreposição, sendo o PMC aquele que mais se sobrepõe, 12 vezes (também é o que mais possui espaços no território), e o PVS o que menos sobrepõe suas atividades no território, duas vezes. Não se identificou nenhum tipo de cooperação entre os programas, o que sugere que a sobreposição é real e alerta para se pensarem espaços onde a oferta de atividades não existe.

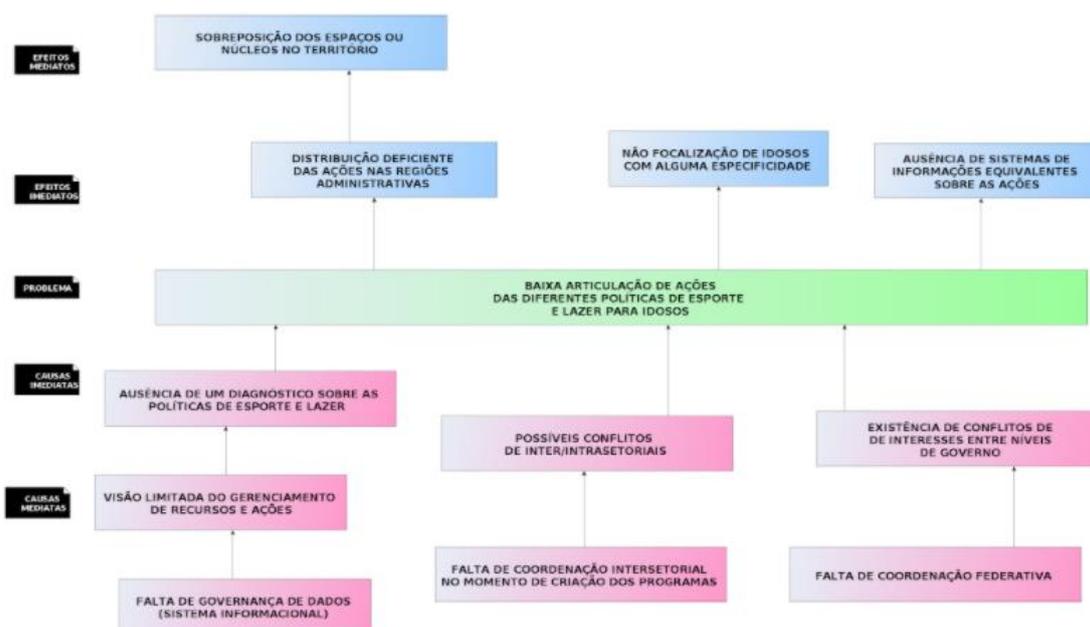
3 EXPLICAÇÃO SITUACIONAL: ANÁLISES PRELIMINARES

As informações apresentadas e analisadas no Capítulo 1 revelam a complexidade de se gerir a Política Municipal do Idoso, ainda mais em uma cidade do porte de Contagem. Pode-se perceber a heterogeneidade das políticas de lazer e esporte no município, principalmente quando foi feito o contraponto entre o Grupo 1 (composto pelo CAPI e PVS) e Grupo 2 (composto pelo PPC e PMC), mostrando todas as suas particularidades e o possível impacto que podem causar no público-alvo que se utilizou como recorte neste trabalho. Com o objetivo de sintetizar uma explicação situacional, ainda preliminar, que forneça um ponto de partida consistente para pesquisas futuras, e antecipar estratégias para seu enfrentamento, utilizamos as metodologias da árvore de problemas e da árvore de objetivos.

No que se refere a árvore de problemas, destaca-se que a parte central do diagrama representa o tronco (o problema principal identificado); a parte de baixo, a raiz (representando as causas do problema) e, a parte superior, suas consequências.

O diagrama, apresentado na Figura 8, foi produzido com base nos dados analisados na Parte 1. Tendo em vista os achados relativos à sobreposição e lacunas na cobertura do público-alvo e na distribuição territorial das ações, bem como deficiências no monitoramento e avaliação, são feitas inferências teóricas sobre suas causas e consequências. Reconhecem-se os limites dessa construção para explicar uma realidade complexa, especialmente pela impossibilidade de incluir na análise dados primários, em virtude da pandemia da COVID-19 e do curto prazo de realização da pesquisa, coletados junto aos participantes, agentes sociais e demais gestores envolvidos no conjunto das ações analisadas. Sendo assim, salienta-se que essa construção – a árvore de problemas – tão somente coloca hipóteses de trabalho para pesquisas futuras, com vistas à sua refutação ou confirmação:

FIGURA 8 - Árvore de problemas



Fonte: Elaboração própria.

O objetivo deste trabalho foi identificar quais são os programas e ações de esporte e lazer, como são seus arranjos institucionais. Embora tenham o mesmo público-alvo, as diferentes ações são formuladas e implementadas a partir de perspectivas distintas - saúde, esporte e cultura e direitos humanos. O problema central identificado é a baixa articulação das diferentes ações das políticas de esporte e lazer para pessoas idosas no município. Suas causas se dividem em imediatas e mediatas. As primeiras dizem respeito à visão limitada do gerenciamento dos recursos que tem conexão com a falta de governança de dados e por conseguinte com a ausência de diagnóstico da política (objetivo desse trabalho); a falta de coordenação intersetorial na criação dos programas está ligada a existência de conflitos de interesses inter/intrasetoriais (natural do “jogo” entre atores). A falta de coordenação federativa teria conexão lógica também com a existência de conflitos de interesses entre níveis de governo.

Da mesma forma, o problema produz efeitos imediatos e mediatos. Os primeiros dizem respeito a ausência de ações focalizadas para diferentes públicos (ex: deficientes, idosos institucionalizados, homens, etc); as lacunas na cobertura do público-alvo, distribuição deficiente das ações no território municipal, ausência de sistemas de informações equivalentes sobre as ações (inclusive a ausência de um software capaz de lidar com esta complexidade). Desses efeitos, por inferência, transcorrem um maior gasto de recursos

públicos, a dificuldade de institucionalização da política de lazer e esporte, a falta de transparência e baixo *accountability* social.

4 CONCLUSÃO

Este estudo buscou compreender quais são as políticas, programas, projetos e ações de esporte e lazer para idosos que foram implementados no município entre 2019 e março de 2020. Três secretarias estiveram envolvidas nesse trabalho com diferentes perspectivas: saúde, esporte e direitos humanos. Esses órgãos desenvolveram quatro programas: dois cujo desenho institucional focaliza o público idoso (PVS e CAPI) e outros dois que se destinam ao público geral, mas que também recebem a pessoa idosa (PPC e PMC). Notou-se que aqueles que possuem um recorte específico de idosos, através de seus processos, captam mais participantes apesar do menor número de núcleos/espacos e são também os que realizam uma gestão mais bem organizada dos dados da política, apesar das inconsistências apresentadas.

As capacidades burocráticas diferem entre os programas, mas fica nítida a vantagem que a parceria com o Governo Federal, através do convênio com o ME, trouxe à administração municipal de Contagem na implantação do PVS: uniu a gestão de ferramentas e suporte técnico que se mostraram úteis ao seu processo de municipalização. Apesar disso, o ME descontinuou o uso do software que permitia continuar organizando a gestão da política. Reconhece-se aqui o grande esforço envolvido por centenas de atores sociais que buscam implementar a política de esporte e lazer no município de Contagem em condições muitas vezes adversas, com aumento da terceirização e seus efeitos, sem suporte técnico-burocrático e sem coordenação, requisitos tão necessários para a evolução das ações. No entanto, recomenda-se fortemente que um grupo de trabalho inter/intrasetorial seja criado para lidar com a questão da governança de dados, passo que precede qualquer análise mais aprofundada sobre a política de esporte e lazer para idosos.

Por fim, reconhecem-se os limites deste trabalho, no que tange às lacunas de dados de algumas secretarias e do terceiro setor, que também executam ações via emendas parlamentares com esse recorte, bem como de dados primários, coletados junto aos gestores das diferentes ações e o público por elas contemplado.

Espera-se, por fim, que a contribuição aqui apresentada possa ser um primeiro passo para aumentar a articulação interinstitucional das políticas de esporte e lazer no Município de Contagem e que os diversos atores nelas envolvidos logrem seu principal objetivo, que é

o de fazer chegar aos cidadãos idosos o que lhes é garantido por lei - a efetivação do direito à vida, à cultura, ao esporte, ao lazer (BRASIL, 2003).

5 REFERÊNCIAS

- BAZELLO, Bárbara et al. **Prática esportiva do idoso: autoimagem, autoestima e qualidade de vida**, 2016. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0006-59432016000200007&lng=pt&nrm=iso> Acesso em 13 de março de 2021.
- BENEDETTI, Tânia Rosane Bertoldo; GONÇALVES, Lúcia Hisako Takase; MOTA, Jorge Augusto Pinto da Silva. **Uma proposta de política pública de atividade física para idosos**, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072007000300003&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 01 de março de 2021.
- BRAGA, Sônia Faria Mendes et al. **As Políticas Públicas para os Idosos no Brasil: A Cidadania no Envelhecimento**, 2016. Disponível em <<https://revistas.brazcubas.br/index.php/dialogos/article/view/171>> Acesso em: 27 de fevereiro de 2021.
- BRASIL. MINISTÉRIO DO ESPORTE. **Programa Vida Saudável: orientações para implantação**, 2013. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/126130>> Acesso em: 14 de janeiro de 2021.
- BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei nº 9.615**, de 24 de março de 1998. Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19615consol.htm> Acesso em: 13 de janeiro de 2021.
- BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei nº 10.741**, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm> Acesso em: 13 de março de 2021.
- BRASIL. MINISTÉRIO DO ESPORTE. **I Conferência Nacional do Esporte: Esporte, lazer e desenvolvimento humano (documento final)**, 2004. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Esporte/deliberacoes_1_conferencia_esporte.pdf> Acesso em: 12 de março de 2021.
- CARVALHO, Regimênia Maria Braga; VARGAS, ÂNGELO. **O Contexto Histórico das Políticas Públicas de lazer no Brasil**, 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/793/594>> Acesso em: 23 de março de 2021.
- COSTA, Taiguara Bertelli; NERI, Anita Liberasso. **Medidas de atividade física e fragilidade em idosos: dados do FIBRA**, 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/csp/v27n8/09.pdf>> Acesso em: 13 de março de 2021.
- COSTA, Luciana Cirino Lages Rodrigues; RODRIGUES, Marilita Aparecida Arantes. **Diretoria de Esportes de Minas Gerais: suas políticas, sua história (1946-1987)**. In:

ISAYAMA, Hélder Ferreira; RODRIGUES, Marilita Aparecida Arantes. Um olhar sobre a trajetória das políticas públicas de esporte em Minas Gerais: 1927 a 2006, 2013. Disponível em: <<http://vitormarinho.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/439/LivroHitoria.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em: 17 de março de 2021

DAMASCENO, C. K. C. S.; SOUSA, C. M. M. **Análise sobre as políticas públicas de atenção ao idoso no Brasil. Revista Interdisciplinar**, v. 9, n. 3, p. 185-190, jul. ago. set. 2016. Disponível em: <<https://revistainterdisciplinar.uninovafapi.edu.br/index.php/revinter/article/view/985>> Acesso em: 16 de janeiro de 2021.

FERNANDES, Maria Teresinha de Oliveira; SOARES, Sônia Maria. **O desenvolvimento de políticas públicas de atenção ao idoso no Brasil**, 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/reeusp/v46n6/29.pdf>> Acesso em: 17 de janeiro de 2021.

GALANTE, Regiane Cristina. **Educação pelo lazer: a perspectiva do Programa Curumim do SESC Araraquara**, 2006. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/2404/DissRCG.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em: 23 de março de 2021

IBGE. **Panorama do município de Contagem/MG**. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/contagem/panorama>> Acesso em 12 de março de 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Burocracia, democracia e políticas públicas: arranjos institucionais de políticas de desenvolvimento**, 2014. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2939/1/TD_1940.pdf>

MINISTÉRIO DA CIDADANIA/SECRETARIA ESPECIAL DO ESPORTE. Disponível em: <<http://arquivo.esporte.gov.br/index.php/cie/52-ministerio-do-esporte/institucional/o-ministerio/historico>> Acesso em: 13 de janeiro de 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Plano de Ação Internacional sobre o envelhecimento. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2002**. Disponível em: <https://www.prattein.com.br/home/index.php?option=com_content&view=article&id=647:plano-de-acao-internacional-para-o-envelhecimento&catid=97:legislacao-e-politicas-publicas&Itemid=187> Acesso em: 17 de janeiro de 2021

PINTOS, Ana Elenara et al. **O direito ao Esporte e ao Lazer no contexto da Política Nacional do Esporte**, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbel/article/view/508>> Acesso em: 12 de março de 2021.

RAMOS, Renata; ISAYAMA, Hélder Ferreira. **Lazer e esporte: olhar dos professores de disciplinas esportivas do curso de educação física**, 2009. Disponível em:

<https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1807-55092009000400007> Acesso em: 13 de janeiro de 2021.

RODRIGUES, Marilita Aparecida Arantes et al. **Mapeando as primeiras ações de políticas públicas de esporte em Minas Gerais (1927-1946)**. In: ISAYAMA, Hélder Ferreira; RODRIGUES, Marilita Aparecida Arantes. Um olhar sobre a trajetória das políticas públicas de esporte em Minas Gerais: 1927 a 2006, 2013. Disponível em: <<http://vitormarinho.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/439/LivroHitoria.pdf?sequenc e=1&isAllowed=y>> Acesso em: 17 de março de 2021.

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO/CONTAGEM, MINAS GERAIS. **Boletim de Informações e Dados Urbanos (BIDU)**, 2014. Disponível em: <http://www.contagem.mg.gov.br/arquivos/downloads/bidu_6.1.pdf> Acesso em: 06 de março de 2021.

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL. Disponível em: <http://www.setascad.mg.gov.br/images/Diretorias_regionais/Melhor_Geracao/Orientaes-Estruturantes---Melhor-Geracao-Regional-Sedese-Tefilo-Otoni.pdf>. Acesso em 27 de março de 2021.

SENADO FEDERAL. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/primeira-lei-da-previdencia-de-1923-permitia-aposentadoria-aos-50-anos>> Acesso em: 08 de março de 2021.

SOARES NETO, Raimundo Nonato Araújo. **A importância do lazer no contexto social: elementos para o desenvolvimento e consolidação de políticas públicas**, 2018. Disponível em: <<https://www.revista.ueg.br/index.php/mediacao/article/view/6791>> Acesso em 23 de março de 2021.

TORRES, Kellen Raquel Brandão de Oliveira et al. **Evolução das políticas públicas para a saúde do idoso no contexto do Sistema Único de Saúde**, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/s0103-73312020300113>> Acesso em: 17 de janeiro de 2021.